



Marco de Gasto de Médio Prazo (MGMP) do Município do Rio de Janeiro

2015

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Cenário Econômico	3
3. Desempenho Fiscal Recente	8
4. Projeções Macroeconômicas e de Receitas	14
5. Financiamento e Amortização da dívida	16
6. Cenário de Gastos sem Mudanças de Política	19
7. Prioridades e Objetivos.....	22
8. Gastos Detalhados por Área de Resultado	39
9. Riscos Fiscais de Médio Prazo	47
10. Considerações Finais	52

1. Introdução

A edição de 2015 do Marco de Gasto de Médio Prazo (MGMP) continua mostrando o exitoso ciclo de investimentos iniciado pela Prefeitura em 2009 – cujo objetivo, não custa reafirmar, é resgatar boa parte do passivo de bem-estar social que ainda há no Município, e que se reflete, principalmente, nas demandas de Saúde, Educação, Habitação e Urbanização e Transportes. Também é importante repetir que tal passivo, recebido em 2009, foi constituído ao longo de um período marcado, por diversas razões, pela escassez de gastos estruturantes.

Como o atual ciclo de investimentos veio resgatar uma parte daquele passivo, é claro que ainda há necessidade de um novo, que, no entanto, se dará sobre uma base sólida e bem concatenada, porque construída em cima de planejamento estratégico e espaço fiscal sustentável.

As áreas de resultado aqui cobertas continuam as mesmas da última edição – Saúde, Educação, Habitação e Urbanização (nova designação de Infraestrutura Urbana) e Transportes –, e são responsáveis por quase 90% dos investimentos da Prefeitura neste ciclo de planejamento. Deve-se notar que, por estarmos em um mesmo ciclo de planejamento, a estrutura dos gastos respeita as prioridades apresentadas nas versões anteriores do MGMP.

A estrutura do relatório é a mesma dos anteriores, sendo composto de 8 seções, além desta introdução e de uma seção conclusiva. As seções de 2 a 5 se ocupam dos aspectos relativos a economia, receitas e endividamento. As seções de 6 a 9 têm foco nas despesas (custeio e investimento) e no seu detalhamento, e em observações sobre riscos fiscais de médio prazo.

2. Cenário Econômico

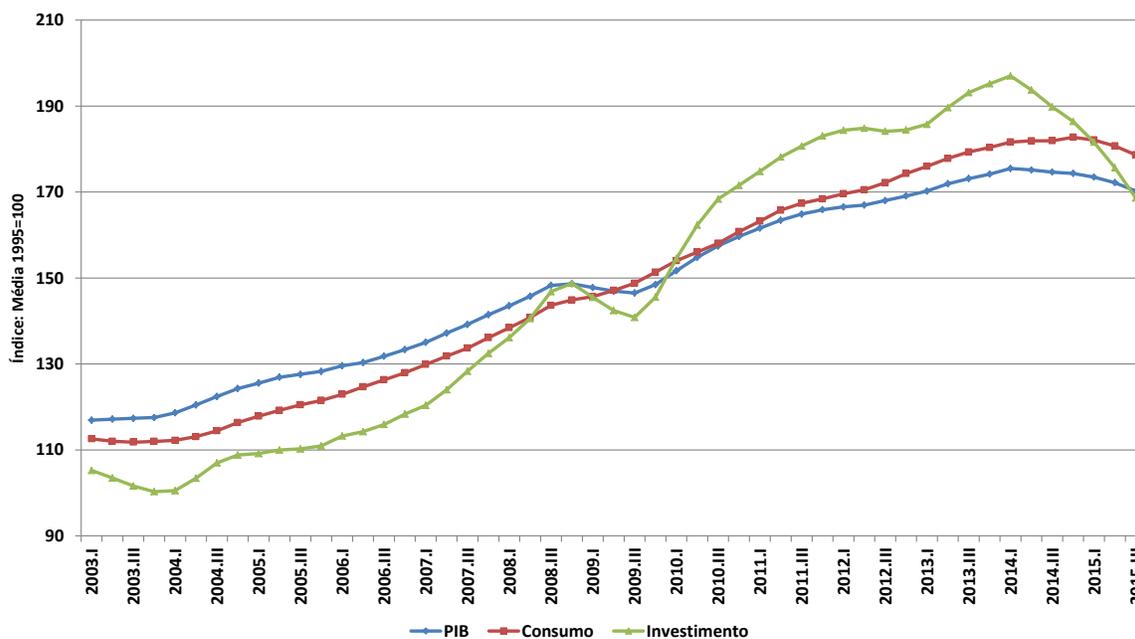
Esta seção apresenta o ambiente econômico sobre o qual este MGMP se assentou. As duas subseções a seguir se ocuparão, brevemente, das economias brasileira e do município.

2.1 Brasil

Apesar de termos alertado no último relatório que as condições macroeconômicas não seriam as mais favoráveis, os dois últimos anos mostraram uma deterioração além do esperado para a economia brasileira, que se caracterizará por uma retração acumulada de cerca de 4,0%. Como se pode observar no gráfico 1, o PIB e seus principais componentes vêm apresentando – até o terceiro trimestre de 2015 – trajetórias de contínuo enfraquecimento. Deve-se destacar a intensidade da retração do investimento e a visível desaceleração do consumo das famílias, que já apresenta três retrações seguidas neste indicador.

Gráfico 1

PIB x Componentes
Média Móvel de 4 Trimestres

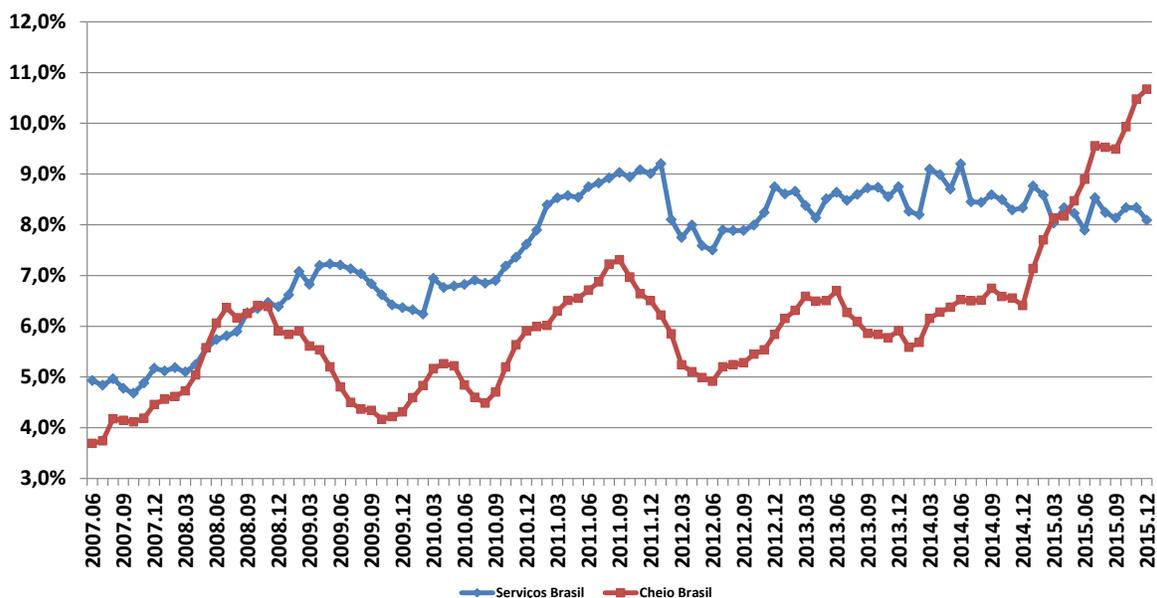


Em relação ao mercado de trabalho, o contraste entre um PIB enfraquecendo e indicadores de emprego nos melhores momentos da série histórica, verificado no período 2011/2014 deixou de existir. O que estamos presenciando é a sincronia entre recessão e sensível enfraquecimento das variáveis de emprego e renda. Deste modo, o cenário que se apresenta até o momento é de uma recessão clássica, com renda real em retração e desemprego em elevação.

Um agravante neste quadro de desafios macroeconômicos é o comportamento da taxa de inflação, que sofreu forte alta em virtude do fim da repressão aos preços administrados e da maxidesvalorização cambial. Neste contexto, depois de beirar a casa dos 11,0% em 2015, espera-se que recue para as cercanias dos 7,0% em 2016 – ainda acima do intervalo de tolerância do sistema de metas de inflação (6,5%).

Gráfico 2

IPCA
12 meses



No contexto acima, permeado por elevada incerteza, esperamos momentos difíceis para a economia brasileira, que continuará purgando desequilíbrios gerados nos últimos anos, em um cenário que exerce considerável pressão sobre a economia do município, como será visto na subseção seguinte.

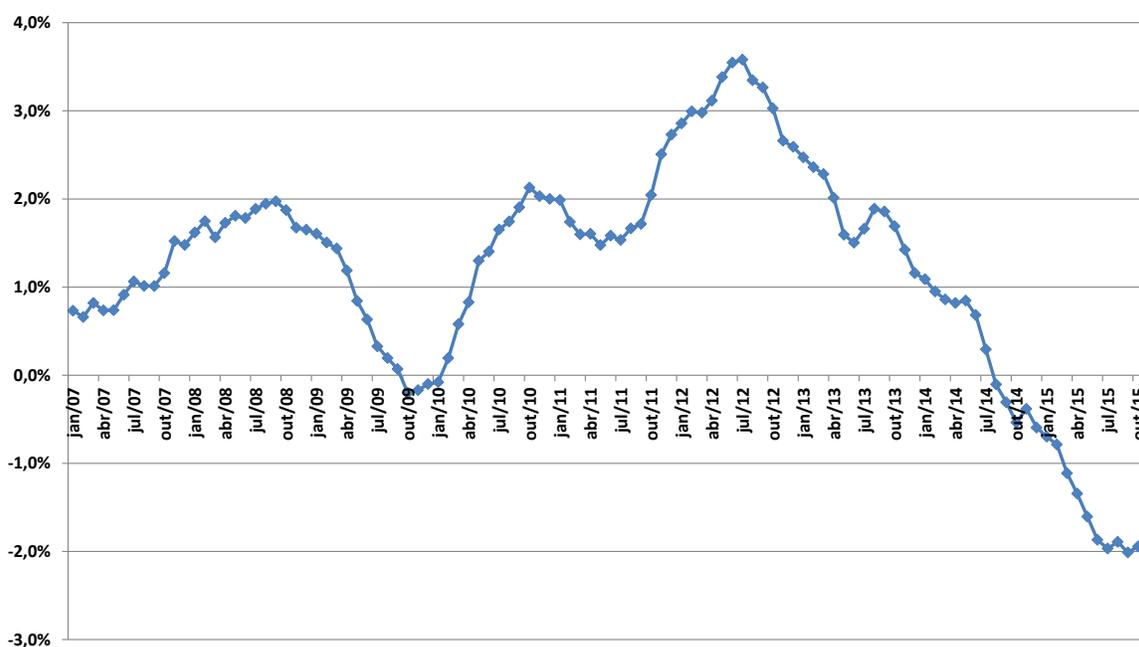
2.2 O Município do Rio de Janeiro

Diferentemente do observado nos últimos relatórios, a evolução da economia brasileira – notadamente no biênio 2014/15 – vem reduzindo a capacidade de estados e municípios de manobrar suas políticas particulares sem se preocupar com cenários extremos. Não obstante, o município do Rio continua em claro processo de reestruturação e se preparando para as Olimpíadas de 2016, notadamente no que concerne à sua infraestrutura urbana – porém, em uma conjuntura bem mais adversa do se esperava.

A economia do Município, acompanhando os movimentos em nível nacional, exhibe marcada reversão dos seus principais indicadores econômicos, notadamente o mercado de trabalho, importante indicador em uma economia cujos serviços respondem por cerca de 85% do seu PIB. Neste contexto, a exemplo do que ocorre no nível macroeconômico, a taxa de desemprego e a evolução dos rendimentos reais acentuaram suas trajetórias de acomodação – tendo entrado, em momentos distintos, em território negativo, o que pode ser observado nos três gráficos a seguir (com dados até novembro/15).

Gráfico 3

Evolução do Emprego - MRJ
Acumulado 12 meses



Importa destacar a significativa perda de força do emprego já no segundo trimestre de 2014 e movimento similar ocorrido cerca de um ano depois com o rendimento real. É interessante registrar que o efeito da entrada do emprego em território negativo sobre a taxa de desemprego foi postergado por conta do comportamento da População Economicamente Ativa (PEA), que vinha se *reduzindo* no período da defasagem entre os indicadores.

Gráfico 4

Taxa de Desemprego

Média Móvel 12 meses

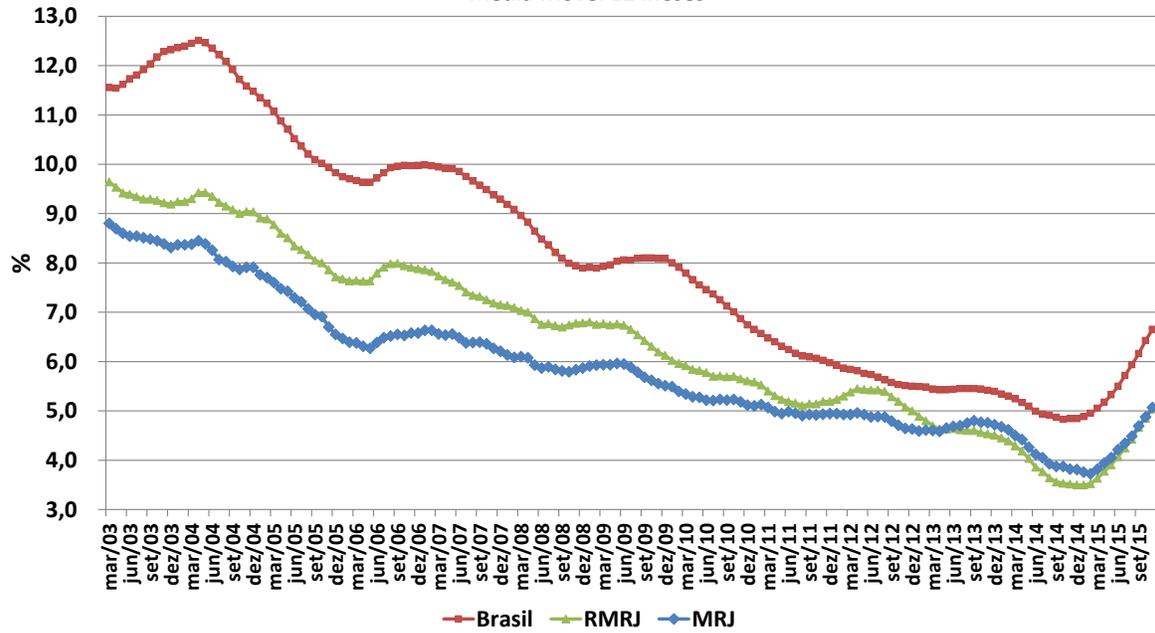
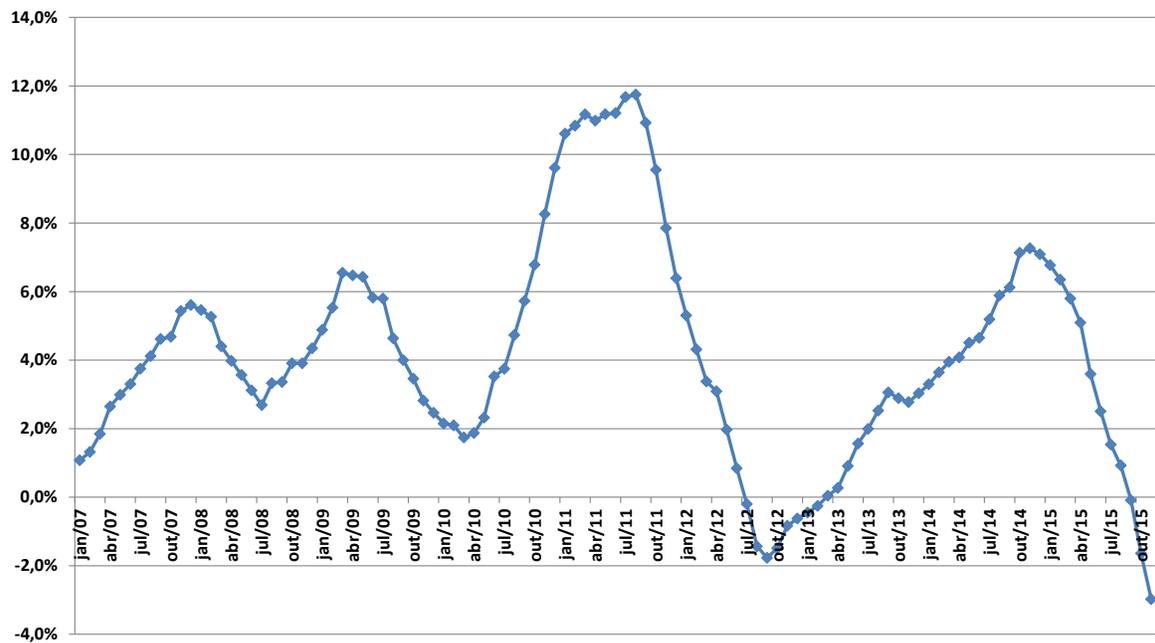


Gráfico 5

Evolução da Renda Real - MRJ

Acumulado em 12 meses



O panorama da economia municipal, aliado às perspectivas para a economia nacional nos anos à frente, ressalta os desafios da administração orçamentária da Prefeitura, que, não obstante, vem sendo conduzida de forma muito prudente – o que pode ser visto pelos dados apresentados nas seções subsequentes e na avaliação das agências de risco de crédito (rating).

Vale destacar, entretanto, que a Cidade vem assentando as bases de seu crescimento em pilares que a colocam bem posicionada tanto para amenizar o ciclo econômico negativo ora em curso quanto para se aproveitar do momento de sua reversão.

3. Desempenho Fiscal Recente

Esta seção descreve o comportamento das finanças municipais nos últimos quatro anos.

Tabela 1

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES FISCAIS - (R\$ milhões, em valores correntes de 31/12)

Administração Direta + Indireta

	2011	2012	2013	2014
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	16.426	18.569	20.737	21.697
Tributárias	6.666	7.523	8.359	9.148
IPTU	1.525	1.622	1.844	2.001
ISS	3.730	4.292	4.806	5.352
ITBI	590	745	787	737
IRRF	500	508	549	671
Taxas	321	355	373	387
Contribuições	2.160	2.401	2.635	2.978
Patrimoniais	1.081	947	767	877
Industrial	7	6	7	7
Serviços	336	317	350	401
Transferências Correntes	5.107	5.879	6.592	6.878
da União	1.628	1.930	2.101	2.220
do Estado	1.971	2.243	2.454	2.504
Cota-Parte ICMS	1.427	1.592	1.782	1.810
Cota-Parte IPVA	389	428	467	504
Outros	156	222	205	189
Multigovernamentais (FUNDEB)	1.490	1.686	2.017	2.119
de Instituições Privadas	0	-	-	-
de Convênios	17	21	20	34
Outras Receitas Correntes	1.070	1.497	2.028	1.408
RECEITAS DE CAPITAL	297	663	294	640
Alienações de Bens	77	387	15	225
Amortizações de Empréstimos	102	100	83	80
Transferências de Capital	118	176	196	335
Outras Receitas de Capital	-	-	0	-
RECEITAS TOTAIS [1]	16.722	19.232	21.031	22.337
DESPESAS CORRENTES	14.140	17.077	18.446	20.265
Pessoal e Encargos	8.427	9.407	10.340	11.824
Encargos da Dívida Interna e Externa	513	499	550	642
Outras Despesas Correntes	5.201	7.172	7.555	7.800
DESPESAS DE CAPITAL	3.425	3.493	3.009	3.888
Investimentos	3.347	3.322	2.810	3.616
Inversões Financeiras	78	171	199	272
DESPESAS TOTAIS [2]	17.565	20.570	21.455	24.153
<i>Superávit Operacional (Déficit) [3]</i>	2.286	1.492	2.291	1.432
<i>Superávit Financeiro (Déficit) [4]</i>	(842)	(1.338)	(424)	(1.816)
Amortizações da Dívida Int. e Externa	1.158	280	362	379
<i>Superávit Financeiro Bruto (Déficit) [5]</i>	(2.001)	(1.618)	(786)	(2.195)
<i>Superávit Financeiro Líquido das DC (Déficit) [6]</i>	2.505	1.984	2.386	1.800
Operações de Crédito	1.098	457	718	1.636
Operações de Crédito Internas	212	457	718	1.565
Operações de Crédito Externas	886	-	-	71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-
<i>Superávit consolidado (déficit) [7]</i>	(903)	(1.161)	(68)	(559)
RECEITAS TOTAIS COM OPERAÇÕES DE CRÉ	17.821	19.689	21.749	23.972
DESPESAS TOTAIS EMPENHADAS	18.723	20.851	21.817	24.532

[1] Não incluem operações de crédito

[2] Não incluem amortizações da dívida

[3] Total das Receitas Correntes menos o total das despesas Correntes.

[4] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações da dívida.

[5] Receitas Totais menos Despesas Totais, incluindo amortizações da dívida.

[6] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações de empréstimos e dispêndios de capital.

[7] Resultado final após operações de crédito.

3.1 Receitas

O comportamento das Receitas Correntes mais relevantes – Tributárias e Transferências – segue refletindo o desempenho das economias brasileira e municipal, que acentuaram seus processos de moderação nas taxas de crescimento, tendo adentrado inclusive, como já mencionado, em território negativo. Neste contexto, conforme mostra a tabela 1, a Receita Tributária, em 2014, variou 9,4% e as Transferências variaram 4,3% – contribuindo para um crescimento das Receitas Correntes de 4,6%¹, em uma sensível desaceleração dos números verificados em 2013. Importa destacar que a variação das Receitas Correntes foi influenciada pelo comportamento das Outras Receitas Correntes, cuja base de comparação estava inflada devido aos efeitos dos planos de renegociação de débitos tributários ocorridos em anos anteriores.

Pelo lado da Receita Tributária, o ISS, em 2014, conseguiu resistir ao início da fase descendente do ciclo econômico e obteve expansão de robustos 11,4% – graças a uma eficiente administração tributária. Já a arrecadação de ITBI teve queda de 6,3% como resultado do aprofundamento do movimento de correção que vem ocorrendo no mercado imobiliário da cidade.

O crescimento de 4,3% nas Transferências Correntes em 2014 significou forte redução em relação ao verificado em 2013 (12,1%). Destaque-se, em 2014, o comportamento da Cota-Parte do ICMS, que teve expansão de modestos 1,6%, como resultado do fraco desempenho econômico do estado do Rio de Janeiro.

O conjunto das variações acima, somado ao forte incremento das Operações de Crédito fizeram com que a Receita Total do Município alcançasse R\$ 24,0 bilhões, o que representou a manutenção de seu crescimento na casa dos 10%.

Vale adiantar que os dados referentes a 2015, ainda não consolidados, vêm refletindo, de forma pronunciada, as dificuldades econômicas pelas quais passam o País e o estado do Rio de Janeiro.

¹ Apesar de o valor das Contribuições ser significativo, estas receitas são basicamente intraorçamentárias.

3.2 Despesas

Os R\$ 24,2 bilhões em despesas empenhadas em 2014 representaram um aumento de 12,6% em relação a 2013. Apesar da aceleração dos gastos em relação ao ano anterior, é importante ressaltar a continuidade da desaceleração dos gastos de custeio, como se pode verificar no comportamento das Outras Despesas Correntes – que representam 32% da Despesa Total e cresceram 3,2% em 2014, em mais uma moderação em relação aos 5,4% de 2013. Não se pode deixar de destacar também a forte elevação dos gastos com investimentos, que contribuíram para uma virtuosa combinação de investimentos em alta e custeio em baixa.

Não é demais repetir que o perfil orçamentário do Município segue mostrando relevante espaço fiscal para os investimentos estratégicos definidos pela atual Administração e que este perfil é radicalmente diferente daquele verificado na década passada, quando os gastos com Dívida e Despesas de Pessoal eram um entrave a que a taxa de investimentos subisse além dos 10% da Despesa Total.

3.3 Estrutura e Evolução da Dívida

Esta subseção apresenta a estrutura e a evolução da dívida consolidada de todas as entidades municipais (administração direta e indireta, inclusive entidades previdenciárias) – cabendo lembrar que as contratações de dívida são usualmente concentradas na administração direta. A tabela 2 apresenta a evolução da dívida entre 2011 e 2014.

Tabela 2**A dinâmica da dívida e reconciliação**

em R\$ milhões (valores correntes)

	2011	2012	2013	2014	
Superávit Financeiro (Déficit)	(842)	(1.338)	(424)	(1.816)	(A)
Amortização da Dívida Financeira Interna e Externa Adm. Direta	1.153	275	357	374	(B)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	1.093	204	280	257	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	4	4	3	1	
Dívida bancária (interna) e outros	17	21	23	55	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	39	47	51	60	
Amortização de Outras Dívidas Consolidadas	5	5	5	5	(C)
= Superávit Financeiro Bruto (Déficit)	(2.001)	(1.618)	(786)	(2.196)	(D)
Recebimento de novos empréstimos (Dívida Financeira Adm. Direta)	1.098	457	718	1.636	(E)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	-	-	-	-	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	-	-	-	-	
Dívida bancária (interna) e outros	212	457	718	1.565	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	886	-	-	71	
= Superávit Consolidado (Déficit)	(902)	(1.161)	(68)	(560)	(F)
Reavaliações da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta (indexação)	633	646	721	658	(G)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	406	424	333	251	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	6	4	8	8	
Dívida bancária (interna) e outros	2	2	5	12	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	219	215	374	387	
Estoque da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta (Dez 31)	8.756	9.583	10.665	12.584	
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	5.913	6.133	6.186	6.179	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	53	54	59	66	
Dívida bancária (interna) e outros	366	804	1.505	3.027	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	2.423	2.592	2.915	3.312	

Obs.:

D = A - B - C

F = D + E

O perfil do passivo municipal até 2014 permanecia o mesmo: refletia a totalidade do empréstimo do Banco Mundial e estava concentrado em contratos de dívida renegociada com a União (sobre esses contratos vide comentário específico na seção 5) e em financiamentos com BID, BIRD, BNDES e CEF, com perfil de amortização suave e de longo prazo, com reduzida concentração de vencimentos².

Em 2014, a continuidade dos investimentos na Cidade fez com que as operações de crédito seguissem acelerando, o que fez com que estoque de dívida financeira da administração direta terminasse o ano em R\$ 12,6 bilhões.

² Recorde-se que as amortizações de 2010 e 2011 foram impactadas pela reestruturação da dívida com o Tesouro Nacional via Banco Mundial. Os recursos do BIRD transitaram apenas pela contabilidade municipal, sem impacto no caixa.

A tabela seguinte apresenta os principais indicadores de endividamento desde 2011, onde se percebe que o Município continuava enquadrado, com folga, em todos os limites prudenciais de endividamento.

Tabela 3

Indicadores da Dívida

	em R\$ milhões (valores correntes)			
Dívida Financeira	2011	2012	2013	2014
Estoque da Dívida Financeira Interna e Externa da Adm. Direta	8.756	9.583	10.665	12.584
Dívida per Cápita (R\$)	1.378	1.500	1.659	1.955
Dívida como % das Receitas Totais	52%	49%	49%	52%
Dívida como % das Receitas Totais Sem Operações de Crédito	56%	50%	51%	56%
Dívida como % das Receitas Correntes	53%	52%	51%	58%
Dívida Financeira Externa (Dez 31)	2.423	2.592	2.915	3.312
Como % da Dívida Direta	28%	27%	27%	26%
Dívida Financeira Vinculada ao Câmbio (Dez 31)	2.476	2.646	2.974	3.378
Como % da Dívida Direta	28%	28%	28%	27%
Principais Limites Legais de Endividamento	2011	2012	2013	2014
Dívida Bruta Total (Conceito MP 2185-35)	8.962	9.917	11.022	12.955
Dívida Líquida Total (Conceito da LRF)	6.832	8.687	8.522	10.678
Limite da MP 2185-35 (Dívida Bruta / Receita Líquida Real)	80%	77%	79%	90%
Limite da LRF (Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida)	48%	54%	47%	58%
Limite da LRF (Encargos Médios Dívida / Receita Corrente Líquida)	5,1%	5,6%	6,6%	6,9%

Em termos da composição, a participação da dívida externa em US\$ no total da dívida financeira continuava na casa dos 28% em 2014, como resultado da operação com o Banco Mundial. Não podemos deixar de lembrar que o risco desta exposição cambial é bastante mitigado do ponto de vista do fluxo de caixa, uma vez que seu fluxo de desembolsos é muito suave, amenizando variações desfavoráveis da taxa de câmbio. Deve-se lembrar que a taxa de juros é fixa e resta ainda a opção de conversão parcial para R\$ – prevista no contrato, e que pode ser exercida por decisão do município com o aval da União.

A folga nos limites legais de endividamento vista na tabela acima não foi suficiente para que o Município mantivesse o *investment grade* por todas as principais agências de *rating*, pois as condições macroeconômicas do país pesaram negativamente. Ao final da confecção deste relatório Moody's (Baa3 estável) e Standard&Poor's (BBB- estável) ainda classificavam a Cidade como grau de investimento. A retirada do Grau de Investimento da União pela Fitch levou consigo o rating da Cidade, que foi reduzido para BB+ estável, também com perda do Grau de Investimento.

4. Projeções Macroeconômicas e de Receitas

A primeira parte desta seção sumaria o que se espera para o agregado da economia brasileira e seus prováveis desdobramentos sobre a economia municipal.

A tabela 4, abaixo, apresenta as projeções de médio prazo para as principais variáveis macroeconômicas. Ela evidencia uma reversão significativa do que se esperava para a economia brasileira e o difícil pano de fundo econômico com o qual a Cidade se defrontará. É importante notar que as projeções que embasaram a confecção da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2015 e as projeções para os anos à frente sofreram fortes correções para baixo ao longo de todo o ano de 2015, tornando ainda mais incerto o comportamento das variáveis orçamentárias.

Tabela 4

INDICADORES PARA PROJEÇÃO				
DESCRIÇÃO	2015	2016	2017	2018
PIB	-1,45%	0,70%	2,00%	2,25%
IPCA-E	9,09%	5,50%	5,50%	5,10%
IGP-DI	7,31%	5,50%	5,03%	5,00%
IGP-M	7,00%	5,50%	5,12%	5,00%
Taxa de Câmbio(US\$/R\$) Média	3,09	3,30	3,31	3,37
TAXA DE JUROS(Selic) Média	13,63%	12,96%	11,00%	10,00%

Dado o cenário geral acima, a tabela 5 apresenta as receitas para os anos de 2015 a 2018.

Tabela 5

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES FISCAIS - Projeções 2015 a 2018 (R\$ milhões)

Administração Direta + Indireta

	2015	2016	2017	2018
	LOA	PLOA 2016	PLOA 2016	PLOA 2016
RECEITAS CORRENTES	24.651	26.466	27.483	29.291
Tributárias	9.717	10.474	10.860	11.635
IPTU	2.027	2.250	2.194	2.315
ISS	5.827	6.317	6.736	7.273
ITBI	769	663	638	670
IRRF	685	801	838	898
Taxas	409	444	454	479
Contribuições	3.245	3.641	3.908	4.209
Patrimoniais	1.334	1.545	1.512	1.545
Industrial	12	10	11	12
Serviços	463	419	446	469
Transferências Correntes	7.790	7.927	8.278	8.846
da União	2.444	2.471	2.601	2.747
do Estado	2.976	3.075	3.141	3.376
Cota-Parte ICMS	2.225	2.327	2.342	2.518
Cota-Parte IPVA	523	558	600	645
Outros	228	191	199	213
Multigovernamentais (FUNDEB)	2.333	2.281	2.454	2.637
de Instituições Privadas	-	-	-	-
de Convênios	38	99	81	85
Outras Receitas Correntes	2.090	2.451	2.468	2.575
RECEITAS DE CAPITAL	3.108	2.486	2.116	1.937
Alienações de Bens	656	988	588	450
Amortizações de Empréstimos	66	86	81	77
Transferências de Capital	2.249	1.109	980	705
Outras receitas de capital	137	304	467	705
RECEITAS TOTAIS [1]	27.759	28.953	29.599	31.227
DESPESAS CORRENTES	23.118	25.185	26.769	28.524
Pessoal e Encargos	13.774	15.578	16.572	17.824
Encargos da Dívida Interna e Externa	838	653	710	695
Outras Despesas Correntes	8.506	8.955	9.486	10.006
DESPESAS DE CAPITAL	6.531	5.348	3.001	1.949
Investimentos	6.328	5.296	2.968	1.914
Inversões Financeiras	204	52	33	34
DESPESAS TOTAIS [2]	29.649	30.534	29.770	30.473
<i>Superávit Operacional (Déficit) [3]</i>	1.533	1.281	714	766
<i>Superávit Financeiro (Déficit) [4]</i>	(1.890)	(1.581)	(171)	755
Amortizações da Dívida Int. e Externa	495	285	490	740
<i>Superávit Financeiro Bruto (Déficit) [5]</i>	(2.386)	(1.866)	(662)	14
<i>Superávit Financeiro Líquido das DC (Déficit) [6]</i>	4.438	3.715	2.797	2.669
Operações de Crédito	2.431	1.913	711	38
Operações de Crédito Internas	2.271	1.750	671	18
Operações de Crédito Externas	159	163	40	20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	45	47	50	53
<i>Superávit consolidado (déficit) [7]</i>	(0)	(0)	0	(0)
RECEITAS TOTAIS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	30.189	30.866	30.310	31.266
DESPESAS TOTAIS	30.189	30.866	30.310	31.266

[1] Não incluem operações de crédito

[2] Não incluem amortizações da dívida

[3] Total das Receitas Correntes menos o total das despesas Correntes.

[4] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações da dívida.

[5] Receitas Totais menos Despesas Totais, incluindo amortizações da dívida.

[6] Receitas Totais menos Despesas Totais, excluindo as amortizações de empréstimos e dispêndios de capital.

[7] Resultado final após operações de crédito.

Pelo lado das **receitas tributárias e transferências correntes**, o panorama geral reflete as referidas dificuldades pelas quais se espera que as economias brasileira e municipal passem nos próximos anos, com alguma recuperação ao final deste ciclo de planejamento.

A trajetória cadente das **receitas de capital** resulta do final do atual ciclo de investimentos. Importa destacar que está em processo de finalização por parte da Prefeitura uma nova revisão do Planejamento Estratégico, o que pode, eventualmente, impactar alguns valores apresentados nesta rubrica, mas que estarão contemplados nas versões futuras do MGMP.

5. Financiamento e Amortização da dívida

Dado o panorama fiscal do Município apresentado anteriormente, nosso entendimento sobre a contratação de novas operações de crédito permanece a mesma: elas não só respeitam o fluxo de caixa da Prefeitura como são claramente meritórias – na medida em que financiam um legado permanente para o dia-a-dia dos cidadãos, ao influenciar positivamente o bem estar da população. Influência direta, através dos investimentos públicos apresentados ao longo deste relatório; e indireta, ao pavimentar o caminho para atração de investimentos privados. Neste contexto, a estratégia foi mantida: aumentar dívida para manter o ciclo de investimentos, preservando a elevada capacidade de pagamento municipal e a provisão adequada de serviços públicos.

Dentro dessa estratégia, a Prefeitura continuará aproveitando a folga nos limites prudenciais de endividamento hoje vigentes.

A tabela a seguir apresenta projeções dos principais indicadores da dívida, que estão alinhados à obrigatoriedade de enquadramento nos limites regulatórios e à manutenção da capacidade de pagamento.

Tabela 6**Objetivos Fiscais**

	em R\$ milhões (valores correntes)			
	2015	2016	2017	2018
Previsão das Receitas Correntes	23.531	26.466	27.483	29.291
Previsão das Receitas Totais sem Operações de Crédito	27.759	28.953	29.599	31.227
Previsão das Receitas Totais com Operações de Crédito	30.189	30.866	30.310	31.266
Previsão da Dívida Financeira Int. e Ext. da Adm. Direta (Dez 31)	15.731	11.169	11.458	10.915
Dívida como % das Receitas Correntes	67%	42%	42%	37%
Dívida como % das Receitas Totais sem Operações de Crédito	57%	39%	39%	35%
Dívida como % das Receitas Totais com Operações de Crédito	52%	36%	38%	35%
Previsão da Dívida Bruta Total (Conceito da MP 2185-35)	16.686	11.341	11.615	11.057 (a)
Previsão de Dívida Líquida Total (Conceito da LRF)	14.299	8.848	9.011	8.338 (b)
Limite da MP 2185-35 (Dívida Bruta / Receita Líquida Real)	1,12	0,73	0,73	0,67 (c)
Limite da LRF (Dívida Líquida / Receita Corrente Líquida)	0,68	0,40	0,39	0,34 (d)
Previsão de Reavaliações da Dívida Financ. da Adm. Direta (indexação)	1.016	137	63	151
Previsão de Juros da Dívida Financeira da Adm. Direta	468	605	647	625
Total de gastos financeiros com dívida	1.485	742	709	776
Previsão de recebimento de novos empréstimos	2.431	1.913	711	38

(a) Inclui a dívida financeira da administração direta MAIS dívida contratual e parcelamentos de INSS/IR/FGTS das indiretas.

(b) Corresponde a Dívida Bruta Total da MP 2.185-35 MAIS contingências e precatórios MENOS os saldos totais em caixa.

(c) Este limite de estoque de dívida da MP 2.185-35 (contrato de dívida com a União) é de 1,00 (ou 100%).

(d) Este limite de estoque de dívida da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de 1,20 (ou 120%).

O que salta aos olhos são as trajetórias dos limites de endividamento, que evidenciam a parcimônia no financiamento do atual ciclo de investimentos e também o espaço fiscal para o início de um novo ciclo. Não se pode deixar de mencionar o efeito positivo que a renegociação das dívidas, no bojo da Lei Complementar 148 de 25/11/2014, trará para a cidade, ao reduzir o estoque de dívida em cerca de R\$ 6,0 bilhões, uma vez que será extinta a dívida em reais com a União. Cabe salientar que com os efeitos da LC 148/2014 o Município não ficará mais submetido ao limite da MP 2185-35.

A próxima tabela apresenta as projeções de financiamento da dívida para os próximos exercícios, considerando todas as operações de crédito já contratadas de acordo com o cronograma físico-financeiro atualmente projetado.

Tabela 7**Financiamento de Dívida**

	em R\$ milhões (valores correntes)				
	2015	2016	2017	2018	
Previsão de Amortizações da Dívida Financeira da Adm. Direta	299	280	485	733	(A)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	74	-	-	-	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	-	-	-	-	
Dívida bancária (interna) e outros	111	154	321	535	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	114	126	163	198	
Previsão recebimento de novos empréstimos	2.431	1.913	711	38	(B)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	-	-	-	-	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	-	-	-	-	
Dívida bancária (interna) e outros	2.271	1.750	671	18	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	159	163	40	20	
Superávit Financeiro Requerido sem considerar consumo do caixa inicial	(2.131)	(1.633)	(227)	695	(A) - (B)
Previsão de Reavaliações da Dívida Financeira da Adm. Direta (indexação)	1016	137	63	151	(E)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	228	0	0	0	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	14	2	0	1	
Dívida bancária (interna) e outros	42	49	50	44	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	732	87	13	106	
Estoque previsto da Dívida Financeira da Administração Direta (Dez 31)	15.731	11.169	11.458	10.915	(F)
Dívida com o Tesouro Nacional (R\$)	6.333	0	0	0	
Dívida com o Tesouro Nacional (US\$)	80	81	82	83	
Dívida bancária (interna) e outros	5.229	6.874	7.274	6.800	
Dívida Funda Externa (BID, BIRD)	4.089	4.214	4.103	4.031	

(F) - (F) anterior - (A) + (B) + (E)

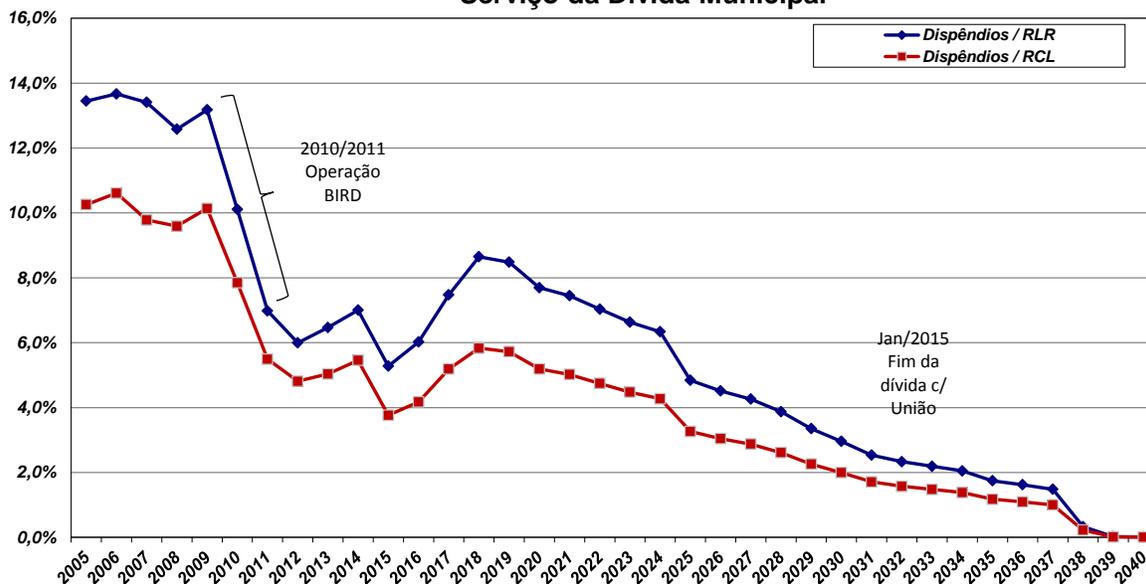
Em termos da composição da dívida projetada, o crescimento dos saldos vai se concentrar em dívida bancária interna (BNDES e CEF), todos com prazos de pagamento entre 15 e 30 anos, com um perfil de pagamentos que elimina concentrações de dispêndios e mitigam o efeito dos indexadores contratuais sobre o caixa municipal.

O gráfico 6 apresenta a projeção de comprometimento da Receita Líquida Real (RLR) e da Receita Corrente Líquida (RCL) com pagamentos de juros e principal da dívida embutida nas operações projetadas apresentadas nas tabelas acima³. Vale recordar que até 2010, o Município comprometia cerca de 13% da RLR e 10% da RCL com os encargos de sua dívida financeira.

³ Já com os efeitos da LC 148/2014.

Gráfico 6

Serviço da Dívida Municipal



6. Cenário de Gastos sem Mudanças de Política

Esta seção apresenta o que se denomina de “Cenário de Gastos sem Mudança de Política”. Trata-se do cenário básico de despesas – custeio e investimento – com o qual trabalha a Prefeitura, e corresponde, portanto, àquele que contempla todos os gastos relacionados aos programas existentes e ao custeio de suas atividades normais. Cabe destacar que, sob a ótica do Plano Estratégico da Prefeitura, os programas existentes estão divididos em *estratégicos* e *complementares*. Os primeiros são aqueles definidos pelo Planejamento Estratégico, e os outros aqueles já existentes. Assim, o cenário básico inclui, também, aqueles programas ainda não iniciados, mas já previstos no Planejamento.

A tabela abaixo apresenta as despesas realizadas em 2013 e 2014 e as projetadas para este e para os próximos três exercícios.

Tabela 8

R\$ milhões

Grupo de Despesas	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas Correntes	18.446	20.265	23.118	25.185	26.769	28.524
1- Pessoal	10.340	11.824	13.774	15.578	16.572	17.824
2- Juros da Dívida	550	642	838	653	710	695
3- Outras Correntes	7.555	7.800	8.506	8.955	9.486	10.006
Despesas de Capital	3.371	4.267	7.027	5.634	3.492	2.689
4- Investimentos	2.810	3.616	6.328	5.296	2.968	1.914
5- Inversões	199	272	204	52	33	34
6- Amortização da Dívida	362	379	495	285	490	740
Reserva de Contingência	0	0	45	47	50	53
Total Geral	21.817	24.532	30.189	30.866	30.310	31.266

Na tabela 8 percebe-se o amortecimento do atual ciclo de investimentos, sem contar ainda com os eventuais impactos da revisão do Planejamento Estratégico que está em processo de finalização.

A tabela 9, a seguir, desagrega os gastos para o período 2015 a 2018 para as 4 áreas de resultado selecionadas e para o agregado das demais áreas. Juntas, essas 4 áreas de resultado representam metade das despesas orçadas para os próximos exercícios, além de englobarem quase 90% dos investimentos projetados neste quadriênio⁴.

Em relação aos dados de Habitação e Urbanização da tabela 9 deve-se notar que a linha referente a “Custeio Decorrente de Investimentos” está zerada. Isso não se deve, obviamente, ao fato que os investimentos aqui realizados não gerem despesas de custeio e sim ao fato de que: i) alguns custeios se iniciam depois de alguns anos (e.g. manutenção⁵); e ii) alguns custeios são apropriados em outras rubricas, como, por exemplo, gastos com limpeza urbana em regiões com novas habitações; novas escolas ou unidades de saúde, manutenção de novas vias, etc.

⁴ O Custeio Decorrente de Investimentos é registrado no primeiro ano em que ele é gerado. No ano seguinte ele já passa para o custeio normal.

⁵ Em virtude de suas características, alguns gastos decorrentes desses investimentos também poderiam ser designados de “investimentos de manutenção”.

Tabela 9

	R\$ milhões			
Área de Resultado	2015	2016	2017	2018
EDUCAÇÃO	6.328,9	6.609,9	7.042,5	7.447,8
1- Pessoal	4.115,5	4.702,5	5.089,0	5.455,3
3- Outras Correntes	1.441,4	1.238,0	1.324,0	1.364,8
4- Investimentos	772,0	568,9	546,0	546,0
5 - Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	100,5	83,5	81,7
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	3.234,6	2.238,3	1.445,9	1.422,0
1- Pessoal	156,8	168,1	157,8	167,6
3- Outras Correntes	145,7	86,0	88,4	93,0
4- Investimentos	2.788,7	1.979,5	1.181,9	1.130,6
5 - Outras	143,3	4,7	17,8	30,7
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	-	-	-
SAÚDE	4.363,0	4.857,4	4.986,2	5.267,7
1- Pessoal	1.526,7	1.568,3	1.661,0	1.761,5
3- Outras Correntes	2.771,4	2.829,5	3.098,2	3.505,7
4- Investimentos	64,9	135,0	2,9	0,6
5 - Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	324,6	224,1	-
TRANSPORTES	2.287,0	2.003,0	1.107,3	432,3
1- Pessoal	67,2	78,6	83,7	89,0
3- Outras Correntes	235,9	243,2	275,3	340,0
4- Investimentos	1.983,9	1.640,3	691,8	3,3
5 - Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	40,9	56,5	-
Total das 4 Áreas	16.213,6	15.708,6	14.581,9	14.569,8
DEMAIS ÁREAS DE RESULTADO	13.975,9	15.157,4	15.728,0	16.695,9
1- Pessoal	7.907,5	9.060,2	9.580,1	10.350,2
3- Outras Correntes	3.911,9	4.092,0	4.336,5	4.620,7
4- Investimentos	718,2	972,3	545,7	233,9
5 - Outras	1.438,3	1.032,9	1.265,7	1.491,1
Total geral	30.189,4	30.866,0	30.309,9	31.265,7

O perfil dos investimentos segue concentrado nas áreas de transportes e infraestrutura urbana (aproximadamente 70% dos investimentos totais entre 2015 e 2018) – dada a redução da necessidade de investimentos *físicos* (obras) em saúde e educação com maior concentração em gastos correntes na melhoria da qualidade.

Vale notar que, em razão de suas especificidades, os *gastos correntes* com saúde e educação, continuarão sendo responsáveis por cerca de 50% do total dessa rubrica para

o município. Também em função de suas características particulares, os gastos com pessoal da área de educação respondem por cerca de 1/3 deste gasto para a totalidade do município.

7. Prioridades e Objetivos

7. Prioridades e Objetivos

O Planejamento Estratégico que está vigente para o período contemplado por este MGMP é o mesmo do relatório anterior: 2013-2016. Assim ele vem dando continuidade, atualizando e expandindo o Plano anterior, partindo da experiência acumulada nesta trajetória. Vale recordar que sucesso do Plano 2009-2012, com mais de 80% de suas metas cumpridas, aliado às perspectivas positivas para a Cidade do Rio de Janeiro nos próximos anos, autoriza a Prefeitura a perseguir metas e iniciativas ainda mais ambiciosas para a cidade.

Isto posto, para cada as áreas de resultado aqui exploradas, serão rerepresentadas as diretrizes, as metas e as iniciativas estratégicas que a compõem.

7.1. SAÚDE

7.1.1. Diretrizes

- Aumentar a expectativa de vida da população, reduzindo as diferenças regionais, de renda e classe.
- Promover a saúde e prevenir as doenças, e seus agravos, com ênfase na informação à população e esclarecimento quanto ao uso do sistema de saúde.
- Consolidar e ampliar a cobertura de atenção primária a partir da estratégia de Saúde da Família.
- Melhorar a efetividade dos serviços ambulatoriais e hospitalares de urgência e emergência através de uma rede de atenção regionalizada e com foco na promoção de atendimento rápido e de qualidade.
- Expandir os serviços de desospitalização voltados prioritariamente para a população idosa.
- Adotar ferramentas tecnológicas de saúde eletrônica (e-health) para melhorar a qualidade do atendimento à população.

7.1.2. Metas

- Atingir mortalidade infantil inferior a 10 por 1.000 nascidos vivos até 2016.
- Atingir mortalidade materna inferior a 41 por 100.000 nascidos vivos até 2016.
- Reduzir em pelo menos 25% até 2016 o tempo de espera nas emergências municipais CER (Coordenação Regional de Emergência), tendo como referência o ano de 2011.
- Atingir 70% de cobertura do Programa Saúde da Família no município até 2016.
- Atingir o tempo adequado de espera para 90% das consultas médicas eletivas, por tipo de consulta, até 2016, tendo como referência o ano de 2012.
- Garantir que até 2016 não haja pacientes em leitos não cadastrados no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde), em nenhuma das unidades da rede hospitalar municipal, tendo como referência o ano de 2011.

7.1.3. Iniciativas

7.1.3.1. Saúde Presente

Descrição: Entre 2013 e 2016, a iniciativa continuará expandindo sua cobertura, atingindo 70% da população do Rio de Janeiro.

Resultados Esperados: Ampliação da cobertura do Saúde Presente para 70% em 2016, melhoria da qualidade e expectativa de vida da população, com atendimento mais resolutivo e próximo ao cidadão, e consequente redução do fluxo de pacientes nas grandes emergências do município. Melhoria na autopercepção de saúde com maior autoprevenção e maior acesso à informação. Mais de 80 comunidades/bairros com 100% de cobertura no Programa Saúde da Família.

7.1.3.2. Reestruturação do Atendimento de Urgência e Emergência

Descrição: Estruturação das portas de entrada das emergências municipais, integração com a Defesa Civil, SAMU e GSE - Grupamento de Socorro e Emergência - e implantação da regionalização através da Coordenação Regional de Emergência (CER). Conclusão dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Gerencial de Recursos Humanos (iniciados em 2009 com a FIOTEC - Fundação para o Desenvolvimento Científico e

Tecnológico em Saúde), conforme sua necessidade quantitativa e dos fluxos operacionais verticais, nas unidades, e transversais, na rede de hospitais de emergência do Município.

Resultados Esperados: Melhorar a saúde da população, através da redução do tempo médio de espera, acabando com a superlotação das emergências e maior agilidade à resposta a eventos e desastres de grande porte.

7.1.3.3. Desospitalização - PADI e Leitos de Retaguarda

Descrição: A iniciativa consiste na ampliação do PADI e dos leitos de retaguarda, permitindo o aperfeiçoamento deste serviço através da recuperação da capacidade instalada e aumento da oferta. Entre 2013 e 2016, o PADI será ampliado, atingindo 70% de cobertura populacional, chegando a 46 equipes. O programa conta com as seguintes categorias profissionais: médico, enfermeiro, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, nutricionista, psicólogo, fonoaudióloga, assistente social e técnico de enfermagem.

Resultados Esperados: Melhorar a saúde da população, por meio da redução da internação de longa permanência e melhoria na qualidade do atendimento aos pacientes da terceira idade; otimização do uso dos recursos liberando leitos hospitalares para internação de novos pacientes e melhoria do padrão de atendimento.

7.1.3.4. Saúde Inteligente

Descrição: A iniciativa contemplará: Prontuário Eletrônico Ambulatorial – disponibilização de todos os dados cadastrais e clínicos de todos os usuários do sistema de saúde; Sistema de Informação e Controle de Gestão de Saúde – disponibilização das informações de forma remota com acompanhamento de indicadores; Central de Regulação – para agendamento de exames, consultas e internações em todas as unidades hospitalares 24/7; e Telemedicina – laudos de exames complementares e segunda opinião formativa por teleconferência em todas as unidades da Rede Municipal de Saúde.

Resultados Esperados: Disponibilizar as informações clínicas dos cidadãos em toda rede ambulatorial municipal e aumento da qualidade do serviço prestado à população. Aumentar a eficiência na regulação, redução no tempo de espera para marcação de consultas e exames e aumento da resolubilidade dos casos. Gerar as informações gerenciais a partir do prontuário eletrônico e notificações compulsórias. Maior comodidade ao cidadão no acesso ao sistema de saúde.

7.2. EDUCAÇÃO

7.2.1. Diretrizes

- Construir um processo pedagógico modelo, estabelecendo um padrão de excelência no ensino fundamental, baseado no ensino em tempo integral e na educação infantil.
- Ser reconhecida pela sociedade como um sistema de ensino que proporciona oportunidade para que todos os jovens terminem o ensino fundamental na idade correta, prontos para ingressar no Ensino Médio e com um projeto de vida para o seu futuro.
- Ampliar o atendimento em creches e pré-escolas, proporcionando um ambiente adequado à criança em seus primeiros anos de vida, com reflexo em seu desenvolvimento físico e mental.
- Capacitar, instrumentalizar e motivar os professores da rede pública municipal de ensino, utilizando novas tecnologias, para uma prática mais efetiva no processo de aprendizagem.

7.2.2. Metas

- Obter uma nota média entre as escolas públicas municipais igual ou superior a 6,0 para os anos iniciais e igual ou superior a 5,0 para os anos finais do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) em 2015.
- Garantir que, pelo menos, 95% das crianças com 7 anos de idade ao final do ano de 2016 estejam alfabetizadas.
- Reduzir para menos de 5% a taxa de analfabetismo funcional entre os alunos do 4º ao 6º ano em 2016.
- Ter pelo menos 35% dos alunos da rede municipal em tempo integral até 2016.
- Garantir que 96% dos alunos da rede municipal se formem no 2º segmento até os 16 anos.
- Criar 60 mil vagas para educação infantil entre 2009 e 2016.

7.2.3. Iniciativas

7.2.3.1. Fábrica de Escolas

Descrição: A iniciativa consiste no alinhamento com a legislação federal e municipal vigente e na ampliação do dia letivo das atuais 4 horas e meia para um mínimo de 7 horas para o ensino fundamental, como é a prática dos países da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, visando dar condições necessárias para melhorarmos os índices de qualidade da rede municipal e garantirmos a Excelência Acadêmica, formando jovens competentes, autônomos e solidários, protagonistas dos seus projetos de vida. A ampliação da oferta de Educação Infantil também encontra-se presente na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no PNE - Plano Nacional de Educação 2011-2020. Mais especificamente, a LDB, a partir do ano de 2013, tornou obrigatório o ensino dos 4 aos 17 anos, e o PNE define como sua primeira meta universalizar a pré-escola (crianças de 4 e 5 anos) até 2016 e ampliar, até 2020, a oferta Educação Infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Resultados Esperados: Adotar o padrão de turno único de ensino nas escolas municipais e dar a melhoria na qualidade do ensino público, com alcance de níveis de desempenho equivalentes aos dos países da OCDE e adequação à legislação carioca.

7.2.3.2. Reforço Escolar

Descrição: A iniciativa visa dar continuidade ao processo de qualificação de aprendizagem e de atenção constante à manutenção do fluxo correto na rede pública municipal do Rio de Janeiro. Os dois eixos de atuação - realfabetização e aceleração - continuam na próxima etapa, porém para atendimento a um número bem menor de alunos, buscando manter todos estudando no ano escolar adequado à idade. O foco transfere-se para recuperação paralela intensiva e reforço escolar no contraturno (projeto “Nenhuma Criança a Menos”), não permitindo que nenhum aluno fique para trás. A execução do projeto passa pela capacitação permanente de professores, realização de convênios, contratação de parceiros e monitoramento do desempenho escolar.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade do ensino público, com foco na redução do analfabetismo funcional e da defasagem idade série dos alunos.

7.2.3.3. Escola do Amanhã

Descrição: A iniciativa visa promover a melhoria da aprendizagem e qualidade educacional em todas as escolas do ensino fundamental localizadas em áreas vulneráveis, com altos índices de violência, ou recém-pacificadas. Estas escolas tipicamente apresentam alto índice de evasão escolar, de crianças não alfabetizadas, de

defasagem idade-série, e conseqüentemente, um desempenho acadêmico abaixo do restante da rede Municipal de Ensino. Os pilares fundamentais do Programa são: (i) Reforço escolar; (ii) Educação em tempo integral com atividades extracurriculares no contraturno; (iii) Educação especial no ensino de ciências pela experimentação; (iv) Capacitação de professores e coordenadores pedagógicos; (v) Seleção de integrantes-chave da comunidade para atuarem como empreendedores da escola; (vi) Saúde nas Escolas - Trabalho em conjunto com a Saúde para diagnosticar e acompanhar os alunos e promover a educação em saúde.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade do ensino público, com a redução da evasão escolar.

7.2.3.4. Rio Criança Global

Descrição: A iniciativa objetiva estender o ensino de inglês para todos os alunos do 1º ao 9º ano de todas as Escolas Municipais da Cidade, atendendo do 8º ano a partir de 2013 e o 9º ano a partir de 2014, com ênfase na oralidade.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade do ensino público com o ensino de língua inglesa, enfatizando a oralidade, fazendo com que os alunos estejam, após o 9º ano, entre o nível básico e intermediário de uso da língua e ampliando suas oportunidades.

7.2.3.5. Saúde nas Escolas

Descrição: A iniciativa visa à integração e articulação permanente da Educação, da Saúde e da Assistência Social, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos alunos da rede municipal de ensino. O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. Para isso serão formadas equipes móveis incluindo médicos, dentistas, fonoaudiólogos e oculistas, para realização e avaliação de atendimentos de saúde bucal, ocular e auditiva nos alunos da rede.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade do serviço público de saúde oferecido aos alunos da Rede Municipal de Ensino e, conseqüentemente, melhoria do desempenho dos alunos nas escolas, com redução nos níveis de analfabetismo funcional, evasão escolar e defasagem idade-série.

7.3. TRANSPORTES

7.3.1. Diretrizes

- Racionalizar o sistema de transportes públicos através da reorganização e integração físico-tarifária deste sistema.
- Melhorar a fiscalização e a gestão dos sistemas de transporte público através do uso da tecnologia.
- Melhorar a mobilidade na cidade, expandindo e modernizando o sistema estrutural de transportes de alta capacidade a partir da implantação de corredores expressos no modal rodoviário.
- Garantir acessibilidade no sistema de transporte coletivo.
- Modernizar, padronizar e requalificar os serviços de táxi proporcionando maior segurança, conforto e confiabilidade para passageiros e condutores.

7.3.2. Metas

- Reduzir pela metade o tempo médio de deslocamento dos ônibus nos principais percursos da cidade em sistemas BRT (Ligeirão) e em pelo menos 20% em sistemas BRS no ano de inauguração de cada sistema, mantendo a redução nos anos subsequentes.
- Reduzir a taxa de acidentes com vítima no trânsito em, pelo menos, 15% até 2016, tendo como referência o ano de 2008.
- Integrar todos os meios de transporte público ao sistema tarifário do Bilhete Único Carioca, até 2016.
- Alcançar 60% dos usuários de transporte público no município do Rio de Janeiro que usam pelo menos um meio de transporte de alta capacidade (trem, metrô, ou Ligeirão) até 2016.
- Concluir as obras e iniciar as operações da TransOeste, TransCarioca, TransOlimpica e TransBrasil.
- Modernizar 100% da frota de ônibus até 2016, adotando ônibus modernos com ar-condicionado, motor traseiro, combustível verde e recursos de acessibilidade.
- Garantir que 100% dos táxis estarão dentro dos padrões de qualidade exigidos pelo Rio Boa Praça até 2016.

7.3.3. Iniciativas

7.3.3.1. Racionalização e Integração Físico-Tarifária - Bilhete Único Carioca

Descrição: Esta iniciativa propõe racionalizar o sistema tanto fisicamente quanto do ponto de vista tarifário através de duas frentes de atuação: (i) racionalização das linhas de ônibus e vans no Rio de Janeiro, de forma a manter sua capilaridade de forma mais eficiente e integrada aos modais de alta capacidade. Isto inclui a racionalização dos ônibus regulares da cidade e também a organização e regularização das vans de forma complementar às linhas de ônibus, e (ii) integração tarifária através da expansão do Bilhete Único Carioca para todos os modais de transportes coletivo: trem, metrô, barcas, Ligeirão, VLT, ônibus, STPL (vans) e Transporte Complementar (“Cabritinho”) até 2016, possibilitando que as viagens do cidadão sejam realizadas de forma eficaz e econômica.

Resultados Esperados: Ter um sistema de transporte mais racionalizado, com frotas menores de ônibus e de vans, porém mais integradas aos modais de alta capacidade, resultando em melhor trânsito, mais opções de deslocamento e mais barato para o cidadão.

7.3.3.2. Modernização da Frota de Ônibus

Descrição: A iniciativa consiste na modernização da frota de ônibus urbano através das seguintes medidas: (i) que 100% das viagens sejam realizadas em ônibus com ar-condicionado, motor traseiro, combustível verde e recursos de acessibilidade; (ii) pontos de ônibus com informações sobre itinerário; (iii) treinamento de condutores; (iv) sistema de informação ao usuário e câmeras de segurança na frota de ônibus.

Resultados Esperados: Ter um sistema de transporte mais integrado, com frotas de ônibus mais modernos e mais integrados aos modais de alta capacidade, diminuindo o número de veículos nas ruas e resultando em melhor trânsito e serviço aos usuários. Essa modernização contribuirá para um trânsito mais eficiente e sustentável.

7.3.3.3. TransOeste

Descrição: A iniciativa consiste em um corredor exclusivo para ônibus articulados conhecido como Ligeirão-TransOeste. Consiste na construção de 56 Km de pista e 55 estações de Ligeirão, ligando a Barra da Tijuca até o centro de Santa Cruz e o centro de Campo Grande, dos quais 40Km já estão concluídos e em funcionamento. A TransOeste ainda estará interligada com a TransCarioca no Terminal Alvorada, com o metrô na linha 4, com a TransOlímpica no Terminal Salvador Allende e com as estações de trem no

centro de Santa Cruz. A obra inclui investimentos na reurbanização do trajeto, como alargamento e construção de vias, túneis, pontes, viadutos, ciclovias, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras etc.) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.

Resultados Esperados: Proporcionar um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população, conectada às redes de metrô, trem e Ligeirão; possibilitando redução do tempo de viagem entre o centro de Santa Cruz e a Barra da Tijuca pela metade, atendendo uma demanda prevista de 220 mil passageiros por dia.

7.3.3.4. TransCarioca

Descrição: A iniciativa consiste em um corredor exclusivo para ônibus articulados conhecido como Ligeirão-TransCarioca. Trata-se de um corredor rápido de ônibus ligando a Barra da Tijuca ao Galeão, integrando as redes de trem e metrô da cidade. A obra ainda inclui investimentos na reurbanização do trajeto, como alargamento e construção de vias, ciclovias, pontes e viadutos, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras, etc.) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.

Resultados Esperados: Proporcionar um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população das regiões da Barra, Zona Norte e Galeão, conectada às redes de metrô e trem, possibilitando redução do tempo de viagem entre a Barra da Tijuca e o Galeão pela metade, atendendo uma demanda prevista de 440 mil passageiros por dia.

7.3.3.5. TransOlímpica

Descrição: A iniciativa consiste em uma ligação transversal em corredor expresso pedagiado, em faixa dedicada, entre Deodoro e Recreio dos Bandeirantes. Em andamento desde julho de 2012 está sendo executada através de uma Parceria Público Privada - PPP e prevê a construção de uma nova via expressa entre Jacarepaguá e Magalhães Bastos interligada com o Recreio através do alargamento da Av. Salvador Allende. A obra inclui investimentos no alargamento e/ou construção de vias, pontes, viadutos, ciclovias, implantação de equipamentos de tráfego (semáforos, medidores, painéis de mensagem, câmeras, etc.) com alta automação e implementação de sistemas de iluminação e drenagem.

Resultados Esperados: Proporcionar um meio de transporte público de qualidade, de alta capacidade para a população da AP 4 e AP 5, conectada à rede de trem, possibilitando redução do tempo de viagem entre Deodoro e Recreio dos Bandeirantes pela metade, atendendo uma demanda prevista de 400 mil passageiros por dia.

7.3.3.6. TransBrasil

Descrição: A iniciativa consiste na construção de um corredor de ônibus expresso entre Deodoro e o Centro da Cidade. A obra inclui investimentos na reurbanização do trajeto (alargamento e/ou construção de vias, sinalização, iluminação, drenagem e revitalização das calçadas).

Resultados Esperados: Propiciar um meio de transporte público de alta capacidade para a população das regiões da AP 5, AP 3, AP 1 e Baixada Fluminense, e atender uma demanda prevista de 900 mil passageiros por dia.

7.3.3.7. VLT do Centro

Descrição: A iniciativa prevê a implementação de um sistema de veículos leves sobre trilhos (VLT) que integrará os diversos modais de transporte (metrô, trem, barcas) e pontos estratégicos (Rodoviária, Praça Mauá, Avenidas Rio Branco e Presidente Vargas, Praça XV, Aeroporto Santos Dumont).

Resultados Esperados: Melhor integração dos modais de transporte no Centro da Cidade, em particular na Região Portuária, com melhoria das condições de mobilidade; redução do tempo de viagem; redução do número de ônibus em circulação; contribuição para melhoria das condições ambientais.

7.3.3.8. Transporte Aquaviário

Descrição: A iniciativa consiste na análise da viabilidade do complexo de lagoas receber um modal aquaviário na região da Barra como alternativa ao transporte rodoviário, a fim de ajudar a reduzir o trânsito nas principais vias e contribuir para a exploração do potencial turístico da região.

Resultados Esperados: Avaliar viabilidade técnica e financeira de se instalar um modal aquaviário no complexo de lagoas da Barra da Tijuca, com o objetivo de trazer aos moradores da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e, possivelmente, outras regiões da cidade, uma nova opção de circulação, incentivando o uso de transportes ecologicamente

sustentável, reduzindo congestionamentos e melhorando as condições ambientais da cidade.

7.3.3.9. Tráfego Inteligente

Descrição: A iniciativa visa implementar sistemas de monitoramento e previsão de tráfego que capturem e integrem a informação dos equipamentos de trânsito instalados na cidade. Nesse sentido, a infraestrutura de equipamentos inteligentes - semáforos inteligentes, painéis de mensagem e medidores de tráfego - será expandida de forma a cobrir os principais fluxos da cidade.

Resultados Esperados: Melhorar a capacidade da CET-RIO - Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - de prever pontos críticos de congestionamentos na cidade e intervir de forma preventiva para reduzir o número de gargalos / pontos de congestionamento e, conseqüentemente, reduzir o tempo de deslocamento dentro da cidade.

7.3.3.10. Plano de Mobilidade Sustentável

Descrição: A iniciativa consiste na elaboração de um Plano de Mobilidade Sustentável, incluindo a definição de políticas e do modelo de estacionamento em áreas públicas da cidade.

Resultados Esperados: Implementar políticas públicas que permitam gerenciar e melhorar as condições de trânsito e estacionamento da cidade frente ao desafio de uma frota crescente.

7.3.3.11. Rio Boa Praça

Descrição: A iniciativa consiste em transformar integralmente o serviço de táxis no Rio de Janeiro, tanto em sua infraestrutura (veículos, segurança, itens de conforto) quanto no atendimento (informações, preparo dos condutores, disponibilidade) visando dar maior conforto e segurança tanto para o usuário desse meio de transporte, quanto para o taxista. A iniciativa deverá determinar as características exigidas para os veículos, incluindo ar condicionado, informações de posicionamento, tempo de percurso, tarifas, entre outros e deverá investir na capacitação dos condutores exigindo certificações

necessárias tais como domínio de pelo menos uma língua estrangeira, primeiros socorros, cursos de boas maneiras, direção defensiva, entre outros.

Resultados Esperados: Ter transporte de táxi reconhecidamente seguro, confortável e confiável, que contribuirá para a excelência da imagem da cidade, para a redução dos acidentes no trânsito e para a satisfação dos passageiros.

7.4. HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

7.4.1. Diretrizes

- Promover parcerias com o governo federal e instituições privadas, com vistas a viabilizar a produção de unidades habitacionais de baixa renda e a legalização de assentamentos informais e conjuntos habitacionais.
- Coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante.
- Promover a plena integração das áreas pacificadas à malha de serviços públicos e ao cotidiano da cidade como um todo.
- Promover a requalificação urbana dos bairros da Zona Norte e da área central da cidade.
- Implantar, em parceria com outras esferas de governo e o setor privado, infraestrutura urbana em comunidades carentes e na Zona Oeste.
- Ampliar e modernizar o sistema de drenagem urbana existente na cidade, com foco em locais que apresentem recorrentes problemas de alagamento e áreas com baixo IDH.
- Dar continuidade à revitalização da Região Portuária e bairros adjacentes, com o aproveitamento do potencial imobiliário e consequente estímulo à geração de empregos, e replicar este caso de sucesso em novas operações urbanas consorciadas.

7.4.2. Metas

- Promover, até o final de 2016, a contratação de 100 mil novas unidades habitacionais, com um mínimo de 30% de novas unidades voltadas para a faixa de

0 a 3 salários mínimos, através de parcerias com setor privado e outras esferas do governo, tendo como referência o ano de 2008.

- Alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008.
- Garantir que até o final de 2016 não haverá mais famílias vivendo em áreas de alto risco (encostas).
- Expandir o Programa Bairro Maravilha nas Zonas Norte e Oeste, recuperando 582 km e implantando 173 km de vias públicas, respectivamente, até 2016.
- Concluir, até o final de 2016, as obras de requalificação urbana do projeto Porto Maravilha.
- Levar urbanização - água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, coleta de lixo, contenção e pavimentação - a 156 mil domicílios até 2016, no âmbito da iniciativa Morar Carioca.
- Implantar UPP Social em todas as áreas pacificadas.

7.4.3. Iniciativas

7.4.3.1. Morar Carioca Urbanização

Descrição: O Programa Morar Carioca foi concebido para integrar-se ao Plano Municipal de Habitação de Interesse Social do qual será instrumento de regularização urbanística e fundiária, articulado a ações que contribuam para a integração efetiva dos assentamentos precários informais atendidos, em consonância com o disposto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. A meta do programa é urbanizar 584 unidades urbanizáveis. O programa se desenvolve em três vertentes, duas sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e uma terceira a cargo dos órgãos municipais responsáveis pelas obras e serviços públicos e conservação da cidade. (i) Realização dos Componentes Infraestrutura e equipamento urbano (água, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, coleta de lixo, contenção, pavimentação e equipamentos públicos), Serviços públicos urbanos, Produção habitacional, Intervenção em moradias, Regularização fundiária e Desenvolvimento social, em 251 unidades com mais de 100 domicílios e está estruturado em três ciclos: Ciclo 1: Período de 2010 a 2012 (23 unidades); Ciclo 2: Período de 2011 a 2016 (82 unidades);

Ciclo 3: Período de 2015 a 2020 (162 unidades). (ii) Intervenção em 131 unidades consideradas de risco em mais de 70% de sua área, demandando análises dos órgãos competentes municipais quanto à necessidade de reassentamento. (iii) Urbanização e integração ao tecido formal da cidade das 202 unidades com menos de 100 domicílios.

Resultados Esperados: Maior integração urbanística, social, econômica e cultural dos moradores dos assentamentos precários informais à cidade. Até 2016 espera-se urbanizar 105 unidades, abrangendo um total de 156 mil domicílios referentes aos ciclos 1 e 2.

7.4.3.2. Morar Carioca Minha Casa Minha Vida

Descrição: A iniciativa contempla a produção de 50 mil unidades habitacionais. O projeto visa estimular a produção habitacional para famílias preferencialmente com renda de 0 a 3 salários mínimos, segmento em que se concentra o déficit habitacional, sendo parte das unidades produzidas destinada a famílias oriundas de área de risco e/ou extrema precariedade.

Resultados Esperados: Entregar novas residências a aproximadamente 100 mil famílias no período de 2009 até 2016, reduzindo substancialmente o déficit habitacional na Cidade do Rio de Janeiro e a população residente em áreas de extrema pobreza, precariedade e risco.

7.4.3.3. UPP Social

Descrição: A iniciativa constitui a estratégia da Prefeitura de promover a integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por unidades de polícia pacificadora (UPPs). A UPP Social tem como missão mobilizar e articular políticas e serviços municipais nesses territórios. Para isso coordena esforços dos vários órgãos da Prefeitura do Rio e promove ações integradas com os governos estadual e federal, a sociedade civil e a iniciativa privada, sempre em favor do desenvolvimento e da qualidade de vida nas comunidades em áreas de UPP, buscando a consolidação e o aprofundamento dos avanços trazidos pela pacificação, com o objetivo de reverter o legado da violência e da exclusão territorial nesses espaços. A pacificação de novas áreas é acompanhada das articulações do Programa visando a qualificação imediata dos serviços de conservação urbana, iluminação pública, limpeza e coleta de lixo e pela promoção da regularização urbanística e construtiva, abrindo caminho para a elaboração

e implantação de planos de integração local, segundo as demandas e prioridades específicas de cada uma delas.

Resultados Esperados: Melhorar o acesso regular a bens e serviços públicos essenciais em áreas pacificadas da cidade, com cobertura e qualidade compatíveis com os oferecidos na cidade como um todo.

7.4.3.4. Bairro Maravilha

Descrição: Esta iniciativa consiste na continuação do Bairro Maravilha nos próximos 4 anos, visando levar a requalificação urbana prioritariamente a Zona Oeste e Zona Norte, que hoje necessitam receber as obras de requalificação.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade urbana dos bairros afetados e da qualidade de vida da população residente nos mesmos.

7.4.3.5. Porto Maravilha

Descrição: A iniciativa consiste na implantação de um amplo Programa de Requalificação Urbana em 5 milhões de m² (melhoria dos serviços urbanos e nova infraestrutura urbana); um Programa de Desenvolvimento Imobiliário, que visa promover empreendimentos residenciais e comerciais; e um Programa de Desenvolvimento Social, que visa valorizar o patrimônio histórico e cultural e contribuir para a melhoria das condições de vida dos atuais e futuros moradores e usuários da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Resultados Esperados: Revitalizar a área com a melhoria nas condições ambientais e de vida local, atração de novos moradores e empresas para a região; valorização do patrimônio histórico e cultural e incremento do turismo na região.

7.4.3.6. Parque Olímpico

Descrição: O Parque Olímpico será implantado na Av. Abelardo Bueno, Barra. Sua implantação, operação e manutenção será feita através de concessão (Parceria Público-Privada). O projeto de urbanização do Parque Olímpico terá de garantir um legado ambiental, arquitetônico, cultural e econômico sustentável em benefício do ambiente urbano e da qualidade de vida dos cidadãos. O plano urbanístico deverá garantir 3 modos: (i) Modo Jogos: deverá assegurar as melhores condições para a realização e operacionalização dos Jogos Olímpicos e ParaOlímpicos de 2016, na área destinada à implantação do Parque Olímpico; (ii) Modo Legado: deverá assegurar a viabilidade da

implantação de novos empreendimentos que, somados ao futuro Centro Olímpico de Treinamento, propiciarão a sustentabilidade do projeto, garantindo, para as próximas décadas, uma área exemplar e emblemática para a Cidade do Rio de Janeiro; e (iii) Modo Transição: deverá assegurar uma transição planejada, eficiente e econômica entre o modo Jogos e o modo Legado.

Resultados Esperados: Realizar os Jogos Olímpicos e ParaOlímpicos na Cidade do Rio de Janeiro em 2016, garantindo um legado planejado, eficiente e econômico para a cidade.

7.4.3.7. Rio Verde - Transformação da Avenida Rio Branco

Descrição: O projeto Rio Verde propõe uma transformação completa da Avenida Rio Branco e de seu entorno em um grande complexo dedicado ao pedestre, tanto para lazer quanto para trabalho. A Avenida Rio Branco manterá seu papel de concentradora da atividade econômica, enquanto seu entorno será revitalizado com espaços arborizados, iluminação moderna, coleta de lixo a vácuo e moderna infraestrutura. A realização deste projeto se dará através do fechamento completo da via, da reorganização do sistema de transporte em um anel periférico à região conectado a diferentes modais de transporte (metrô, barcas e VLTs), e de obras de transformação do trecho entre as avenidas Presidente Vargas e Presidente Wilson.

Resultados Esperados: Transformar a Avenida Rio Branco em uma das áreas mais valorizadas da cidade, com ampliação dos espaços de lazer, melhoria das áreas de comércio e negócios, otimização dos meios de transporte na região e redução da poluição sonora e do ar. Além disso, devido à modernização da região, é esperada uma redução de custeio para manutenção da mesma.

7.4.3.8. Revitalização da Cidade Nova

Descrição: Esta iniciativa propõe a requalificação da Cidade Nova, nos moldes do Bairro Maravilha, de modo a promover a revitalização de áreas degradadas, compatibilizando e integrando a região com a atual renovação do Porto e do Centro da Cidade.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade de vida da população, a revitalização mobiliária e comercial da região, a integração da região às áreas do Porto e do Centro, da infraestrutura e das condições ambientais na Cidade Nova.

7.5 Alocação de Recursos entre as Principais Rubricas

Esta seção se ocupa em mostrar como se estabelecem os tetos de gastos para cada uma das áreas de resultados. É importante notar que o cálculo dos tetos de gastos é impactado diretamente pelas decisões estratégicas de investimento tomadas pelo executivo municipal.

7.5.1 Pessoal

Com base na apropriação da folha de pagamento no mês da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária é projetada a despesa para o exercício seguinte, e se considera ainda, o crescimento vegetativo, as novas admissões, realizações de novos concursos, e possíveis reajustes salariais, conforme a legislação vigente, além de outras variáveis como exonerações, aposentadorias entre outras.

7.5.2 Juros e Amortização da Dívida

São considerados os valores previstos nos cronogramas de desembolso acordados com as entidades nacionais e internacionais em relação aos juros e amortização dos empréstimos contratados. Os valores são informados pela Subsecretaria do Tesouro.

7.5.3 Custeio

Em relação às despesas com o custeio, a Subsecretaria de Orçamento da Secretaria Municipal de Fazenda tem como base a despesa atual, agregando-lhe as novas despesas decorrentes dos novos investimentos e créditos concedidos durante o exercício para despesas continuadas, além da análise da evolução do custeio ao longo dos últimos exercícios.

7.5.4 Investimentos

Conforme disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, os investimentos em andamento são prioritários quando da alocação dos recursos. Os saldos existentes são destinados aos novos investimentos – estes decididos no contexto das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo e no âmbito do Planejamento Estratégico.

8. Gastos Detalhados por Área de Resultado

Esta seção apresenta os valores dos diversos programas descritos na seção anterior. Ela mostra o detalhamento dos gastos – pessoal, outras despesas correntes, investimentos e os custos deles decorrentes – por área de resultado.

A tabela 10 reapresenta os dados para as quatro áreas de resultado e para o agregado das demais áreas (apresentada na seção 6), e as subseções seguintes detalham os programas para Saúde, Educação, Transportes e Habitação e Urbanização.

Posto isso, as subseções a seguir apresentam a expressão monetária do diagnóstico das prioridades elencadas na seção 7.

Tabela 10

	R\$ milhões			
Área de Resultado	2015	2016	2017	2018
EDUCAÇÃO	6.328,9	6.609,9	7.042,5	7.447,8
1- Pessoal	4.115,5	4.702,5	5.089,0	5.455,3
3- Outras Correntes	1.441,4	1.238,0	1.324,0	1.364,8
4- Investimentos	772,0	568,9	546,0	546,0
5- Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	100,5	83,5	81,7
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	3.234,6	2.238,3	1.445,9	1.422,0
1- Pessoal	156,8	168,1	157,8	167,6
3- Outras Correntes	145,7	86,0	88,4	93,0
4- Investimentos	2.788,7	1.979,5	1.181,9	1.130,6
5- Outras	143,3	4,7	17,8	30,7
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	-	-	-
SAÚDE	4.363,0	4.857,4	4.986,2	5.267,7
1- Pessoal	1.526,7	1.568,3	1.661,0	1.761,5
3- Outras Correntes	2.771,4	2.829,5	3.098,2	3.505,7
4- Investimentos	64,9	135,0	2,9	0,6
5- Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	324,6	224,1	-
TRANSPORTES	2.287,0	2.003,0	1.107,3	432,3
1- Pessoal	67,2	78,6	83,7	89,0
3- Outras Correntes	235,9	243,2	275,3	340,0
4- Investimentos	1.983,9	1.640,3	691,8	3,3
5- Outras	-	-	-	-
7- Custeio decorrente de Investimentos	-	40,9	56,5	-
Total das 4 Áreas	16.213,6	15.708,6	14.581,9	14.569,8
DEMAIS ÁREAS DE RESULTADO	13.975,9	15.157,4	15.728,0	16.695,9
1- Pessoal	7.907,5	9.060,2	9.580,1	10.350,2
3- Outras Correntes	3.911,9	4.092,0	4.336,5	4.620,7
4- Investimentos	718,2	972,3	545,7	233,9
5- Outras	1.438,3	1.032,9	1.265,7	1.491,1
Total geral	30.189,4	30.866,0	30.309,9	31.265,7

8.1 Educação

O período 2015/2018 destina um total de R\$ 27,4 bilhões para a Educação – dos quais 9% são investimentos. Os destaques continuam por conta dos programas de modernização e melhoria da qualidade do ensino e em particular para a Fábrica de Escolas – cujo dispêndio será de R\$ 3,5 bilhões. Conforme descrição em seção anterior, a Fábrica de Escolas consiste basicamente na ampliação do dia letivo das atuais 4 horas e meia para um mínimo de 7 horas para o ensino fundamental, visando fornecer condições necessárias para melhoria dos índices de qualidade da rede municipal e garantia da Excelência Acadêmica.

Tabela 11

Área de Resultado, Programas e Grupos	R\$ milhões			
	2015	2016	2017	2018
Educação	6.328,9	6.609,9	7.042,5	7.447,8
0024 - MIDIA, ESCOLA E SOCIEDADE	11,8	9,7	12,9	12,4
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	11,4	9,6	10,0	10,7
4 - Investimentos	0,4	0,1	2,8	1,7
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0315 - MODERNIZACAO DA GESTAO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA NA EDUCACAO	493,4	446,5	442,2	471,7
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	477,2	425,4	425,5	454,1
4 - Investimentos	16,2	21,2	16,7	17,6
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0316 - MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCACAO CARIOCA	389,9	310,1	318,3	336,9
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	387,5	308,2	313,9	332,4
4 - Investimentos	2,4	1,8	4,4	4,5
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0334 - ESCOLAS DO AMANHA	30,6	3,2	3,4	3,6
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	30,6	3,2	3,4	3,6
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0337 - REFORCO ESCOLAR	4,5	5,2	5,5	5,8
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	4,5	5,2	5,5	5,8
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0338 - SAUDE NAS ESCOLAS	7,3	0,1	0,1	0,1
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	7,3	0,1	0,1	0,1
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0339 - RIO CRIANCA GLOBAL	8,7	7,1	7,5	7,9
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	8,7	7,1	7,5	7,9
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0381 - GESTAO ADMINISTRATIVA - EDUCACAO	4.415,0	4.988,3	5.391,1	5.774,0
1 - Pessoal	4.115,5	4.702,5	5.089,0	5.455,3
3 - Outras Correntes	298,6	285,3	301,5	318,2
4 - Investimentos	0,9	0,4	0,5	0,5
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0400 - FÁBRICA DE ESCOLAS	967,7	839,9	861,8	835,6
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	215,6	194,0	256,7	232,2
4 - Investimentos	752,1	545,4	521,6	521,7
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	100,5	83,5	81,7

8.2 Habitação e Urbanização

Para a área de Habitação e Urbanização, estão previstos R\$ 8,3 bilhões no período 2015/2018, dos quais R\$ 7,1 bilhões (85%) correspondem a investimentos. Os destaques ficam por conta dos Programas de: i) Proteção de encostas e áreas de risco; ii) Revitalização e reestruturação urbana; iii) Morar Carioca - Urbanização ; iv) Parque Olímpico; e v) Bairro maravilha – cujos gastos tomados em conjunto abarcam cerca de 80% do total. Em particular, destacam-se as ações contidas no Morar Carioca - Urbanização, que consomem sozinhas mais de 1/3 dos gastos desta área de resultado, e denotam a preocupação com habitações de interesse social.

Cabe ressaltar que os gastos referentes ao Porto Maravilha que constam na tabela abaixo são orçamentários e não incluem, portanto, aqueles realizados pela concessionária da PPP responsável pelo projeto, e que representam a maior parte dos recursos aportados.

Tabela 12

Área de Resultado, Programas e Grupos	R\$ milhões			
	2015	2016	2017	2018
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	3.234,6	2.238,3	1.445,9	1.422,0
0023 - PROTEÇÃO DE ENCOSTAS E ÁREAS DE RISCO GEOTECNICO	257,9	216,0	208,6	188,5
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	5,9	5,6	5,9	6,3
4 - Investimentos	252,0	210,4	202,7	182,2
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0085 - INTERVENÇÕES PREDIAIS	38,4	10,0	1,2	0,6
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,1	0,1	0,1	0,1
4 - Investimentos	38,4	9,9	1,1	0,6
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0094 - PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO DESENVOLVIMENTO URBANO	0,6	0,0	1,5	1,3
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,6	0,0	1,5	1,3
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0147 - INFORMAÇÕES GERENCIAIS, ESTATÍSTICAS, CARTOGRAFICAS E DADOS GERAIS SOBRE A CIDADE	6,1	14,8	8,5	6,2
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	6,1	14,8	8,5	6,2
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0300 - GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS	64,9	178,9	2,2	2,3
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	2,1	2,1	2,2	2,3
4 - Investimentos	62,8	176,8	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0304 - PORTO MARAVILHA	142,2	124,7	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	2,2	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,0	124,7	0,0	0,0
5 - Outras	140,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0319 - INTERVENÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO URBANA	572,2	291,1	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	572,2	291,1	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0320 - MORAR CARIÓCA - MINHA CASA MINHA VIDA	20,7	16,8	17,4	18,1
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	14,4	11,8	12,4	13,1
4 - Investimentos	6,3	5,0	5,0	5,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0321 - MORAR CARIÓCA - URBANIZAÇÃO	671,1	641,7	823,1	760,1
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	667,7	637,0	805,3	729,4
5 - Outras	3,4	4,7	17,8	30,7
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0353 - BAIRRO MARAVILHA	224,0	260,3	70,0	200,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	224,0	260,3	70,0	200,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0384 - GESTÃO ADMINISTRATIVA - HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	190,4	200,7	189,6	201,0
1 - Pessoal	156,8	168,1	157,8	167,6
3 - Outras Correntes	31,9	31,6	31,0	32,5
4 - Investimentos	1,7	0,9	0,8	0,9
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0402 - UPP SOCIAL	3,0	0,0	5,2	5,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	3,0	0,0	5,2	5,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0403 - PARQUE OLÍMPICO	1.043,0	283,3	118,5	38,8
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	89,1	34,9	36,8	38,8
4 - Investimentos	953,9	248,5	81,8	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0

8.3 Saúde

A tabela abaixo apresenta o orçamento de médio prazo da Saúde.

Tabela 13

Área de Resultado, Programas e Grupos	R\$ milhões			
	2015	2016	2017	2018
SAÚDE	4.363,0	4.857,4	4.986,2	5.267,7
0305 - ACOES E PROGRAMAS DE SAUDE E LINHAS DE CUIDADO	12,3	12,3	13,0	13,7
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	12,3	12,3	13,0	13,7
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0306 - ATENCAO HOSPITALAR	743,7	812,2	857,8	906,2
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	738,9	812,0	857,7	906,1
4 - Investimentos	4,8	0,2	0,1	0,1
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0308 - VIGILANCIA EM SAUDE, INFORMACAO EPIDEMIOLOGICA, PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS E AGRAVOS	84,3	79,6	78,3	82,4
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	84,3	79,6	78,3	82,4
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0309 - VIGILANCIA E CONTROLE DO RISCO SANITARIO	17,8	16,1	16,9	17,6
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	17,1	16,1	16,9	17,6
4 - Investimentos	0,7	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0318 - INFRAESTRUTURA E GESTAO DO SUS	372,9	279,9	295,2	309,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	370,2	277,2	292,5	308,5
4 - Investimentos	2,6	2,7	2,8	0,4
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0330 - SAUDE PRESENTE	1.076,4	1.484,8	1.426,6	1.504,9
1 - Pessoal	19,8	20,4	21,3	22,3
3 - Outras Correntes	1.000,3	1.007,7	1.181,2	1.482,5
4 - Investimentos	56,2	132,1	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	324,6	224,1	0,0
0331 - REESTRUTURACAO DO ATENDIMENTO DE URGENCIA E EMERGENCIA	403,2	435,0	458,9	484,1
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	403,2	435,0	458,9	484,1
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0332 - DESOSPITALIZACAO - PADI E LEITOS DE RETAGUARDA	12,8	12,8	13,5	14,2
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	12,8	12,8	13,5	14,2
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0380 - GESTAO ADMINISTRATIVA - SAUDE	1.599,0	1.651,5	1.748,9	1.854,4
1 - Pessoal	1.506,9	1.547,9	1.639,6	1.739,2
3 - Outras Correntes	91,5	103,6	109,3	115,3
4 - Investimentos	0,6	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0427 - SAUDE INTELIGENTE	40,7	73,0	77,0	81,2
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	40,7	73,0	77,0	81,2
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0

No período em que se concentra este relatório, área da Saúde contará com dispêndios da ordem de R\$ 19,5 bilhões – com forte concentração em pessoal e custeio, uma vez que a

maior parte dos investimentos em expansão da rede já foi feita. Neste contexto, os programas Saúde Presente e Atenção Hospitalar continuam merecendo a maior concentração de recursos: 28,2% e 17,1%.

De qualquer forma, não se pode deixar de mencionar os programas de Infraestrutura e Gestão do SUS e a Reestruturação do atendimento de urgência e emergência – cuja alocação de recursos é de pouco menos de 20%.

8.4 Transportes

Para o período 2015-2018 estão previstos gastos da ordem de R\$ 6,0 bilhões, ainda com destaque para os corredores expressos TransOlimpica e TransBrasil. No entanto, não se pode deixar de notar os cerca de R\$ 750 milhões destinados ao VLT do centro – compondo o coerente conjunto de investimentos destinado a melhorar qualidade daqueles que dependem de transporte público.

Tabela 14

Área de Resultado, Programas e Grupos	R\$ milhões			
	2015	2016	2017	2018
TRANSPORTES	2.287,0	2.003,0	1.107,3	432,3
0038 - TRANSPORTES E MOBILIDADE URBANA	94,8	102,4	86,5	86,6
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	94,4	102,4	86,5	86,6
4 - Investimentos	0,4	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0200 - RIO OBRAS VIARIAS	385,0	99,7	3,2	3,3
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	7,0	3,0	3,2	3,3
4 - Investimentos	378,0	96,7	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0364 - RACIONALIZACAO E INTEGRACAO FISICO-TARIFARIA - BILHETE UNICO CARIOCA	0,0	0,0	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0365 - TRANSCARIOCA	0,0	0,0	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0366 - TRANSOLIMPICA	816,0	931,5	1,5	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	816,0	931,5	1,5	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0367 - TRANSOESTE	63,2	57,5	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	63,2	57,5	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0386 - GESTAO ADMINISTRATIVA - TRANSPORTES	111,3	123,3	130,1	138,0
1 - Pessoal	67,2	78,6	83,7	89,0
3 - Outras Correntes	43,6	44,5	46,2	48,8
4 - Investimentos	0,5	0,2	0,3	0,3
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0411 - TRANSBRASIL	447,6	359,1	653,4	1,5
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	447,6	359,1	653,4	1,5
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0412 - VLT DO CENTRO	276,1	234,4	132,5	97,4
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	40,9	97,4
4 - Investimentos	276,1	193,5	35,1	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	40,9	56,5	0,0
0413 - PROJETO DE TRANSPORTE AQUAVIARIO	0,0	0,0	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0414 - TRAFEGO INTELIGENTE	93,0	95,2	98,5	104,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	90,9	93,4	98,5	104,0
4 - Investimentos	2,1	1,8	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0415 - PLANO DE MOBILIDADE SUSTENTAVEL	0,1	0,0	1,5	1,5
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,1	0,0	1,5	1,5
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
0416 - RIO BOA PRACA	0,0	0,0	0,0	0,0
1 - Pessoal	0,0	0,0	0,0	0,0
3 - Outras Correntes	0,0	0,0	0,0	0,0
4 - Investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0
5 - Outras	0,0	0,0	0,0	0,0
7 - Custeio decorrente de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0

9. Riscos Fiscais de Médio Prazo

Esta seção apresenta os riscos que pesam sobre a execução fiscal da Prefeitura no médio prazo. A tabela 15 resume os passivos contingentes presentes no balanço da Prefeitura em 30 de junho de 2015. Vale notar que, a exemplo dos últimos anos, o valor de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão representa menos de 5% do orçamento municipal anual.

Da mesma forma que nas edições anteriores, na data de conclusão desse relatório o Município encontrava-se adimplente com suas obrigações de dívida financeira contratual, bem como não apresentava estoque de precatórios vencidos e não pagos. O regime próprio de previdência dos servidores municipais – Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (Funprevi) –, incumbido do pagamento de aposentadorias e pensões dos servidores estatutários municipais, continua apresentando ativos próprios segregados, não havendo previsão de aportes adicionais do Tesouro nos exercícios aqui tratados, além daqueles atualmente previstos em leis e já inclusos nas despesas apresentadas na seção 6, em linha com a situação atuarial daquele Fundo.

Tabela 15

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Demandas Judiciais	236.343.334,84
COMLURB - Ações Trabalhistas	7.785.000,00
COMLURB - Contingências Cíveis	49.858.733,27
RIOCENTRO - Ações Trabalhistas	364.320,00
PLANRIO - Ações Trabalhistas	7.813.084,02
PLANRIO - Contingências Fiscais - PIS/PASEP	596.468,79
PLANRIO - Contingências Fiscais - COFINS	461.098,43
PLANRIO - Contingências Fiscais - INSS	4.496.246,45
PLANRIO - Contingências Fiscais - IRPJ	4.677,27
IMPrensa - Ações Trabalhistas	66.000,00
IMPrensa - Contingências Cíveis	164.000,00
RIO URBE - Autuações da SRF ref. COFINS - em Dívida Ativa - Fiscais	56.001.488,85
RIO URBE - Contingências Cíveis	2.447.430,82
RIO LUZ - Ações Trabalhistas	1.775.584,66
RIO LUZ - Autuações da SRF ref. PIS/PASEP - em Dívida Ativa - Fiscais	989.467,47
RIO LUZ - Autuações da SRF ref. COFINS - em Dívida Ativa - Fiscais	6.593.400,66
RIO LUZ - Autuações da SRF s/ IRPJ - Fiscais	1.440.075,87
RIO LUZ - Autuações da SRF s/ CSLL - Fiscais	459.934,82
RIO LUZ - Contingências Cíveis	9.762.633,18
RIOCOP-em Liquidação - Ações Trabalhistas	356.152,48
RIOCOP-em Liquidação - Ações Federais - PIS/PASEP - Fiscais	506.867,52
RIOCOP-em Liquidação - Imp. a Recolher - COFINS - Fiscais	2.475.843,70
RIOCOP-em Liquidação - Imp. a Recolher - INSS - Fiscais	542,15
RIOCOP-em Liquidação - Ações Fiscais Federais - IRPJ	6.330.149,03
RIOCOP-em Liquidação - Contingências Fiscais - CSLL	2.266.896,60
RIOCOP-em Liquidação - Contingências Cíveis	46.749.097,83
MULTIRIO - Contingências Trabalhistas	626.643,54
CET RIO - Contingências Cíveis	1.665.100,24
CET RIO - Reclamações Trabalhistas	3.536.939,72
CET RIO - Contingências PIS/PASEP - Fiscais	107.451,26
CET RIO - Contingências COFINS - Fiscais	240.718,05
CET RIO - Contingências IRRF - Fiscais	212.390,90
RIOTUR - Ações Trabalhistas	1.027.782,91
RIOTUR - INSS - Fiscais	14.007.976,19
RIOTUR - Contingências Cíveis	5.153.138,16
Dívidas em Processo de Reconhecimento	790.014.366,74
Adm. Direta - Desp. FMS (Cíveis)	22.009.119,85
FPJ - Ações Trabalhistas	595.749,97
FPJ - Contingências Cíveis	4.279.701,95
IFP - Contingências Cíveis	12.565.644,97
RIO URBE - Ações Judiciais na Área Cível	506.141.249,49
RIO URBE - Ações Jurídicas Tributárias (Fiscais)	29.613.091,50
RIO URBE - Ações na Área Trabalhista	691.199,13
CET-RIO - Contingências Cíveis	7.702.201,19
PLANRIO - Ações Trabalhistas	2.480.000,00
RIOTUR - Notificação da SPU/União s/Marina da Glória (Fiscais)	10.866.921,45
COMLURB - Ações Trabalhistas	22.723.466,30
COMLURB - Contingências Cíveis	145.279.055,40
RIOLUZ - Contingências Fiscais	2.409.160,37
RIOLUZ - Ações Trabalhistas	716.747,90
RIOLUZ - Contingências Cíveis	1.343.626,64
RIOCENTRO - Ações Trabalhistas	274.400,00
RIOCOP - Ações Trabalhistas	259.282,65
RIOCOP - Contingências Cíveis	19.281.384,68
IMPrensa - Ações Cíveis	369.262,08
MULTIRIO - Contingências Trabalhistas	413.101,22

Tabela 15 (Cont.)

Outros Passivos Contingentes	453.560.436,43
Adm Direta - Reclamações Trabalhistas - SMS	240.246,77
Adm Direta - Contingências Cíveis - FMS	48.809.286,22
PREVIRIO - Contingências Cíveis	30.102.236,24
FUNPREVI - Contingências Cíveis	17.939.611,68
GM-Rio - Contingências Cíveis	261.621.201,03
GM-Rio - Ações Trabalhistas	49.512.343,12
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a FIS/PASEP - Fiscais	7.876.714,49
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a COFINS - Fiscais	26.975.217,23
GM-Rio - Notificações do INSS - Fiscais	5.462.581,20
GM-Rio - Autuações da SRF ref. a IRPJ - Fiscais	22.079,34
GEO-RIO - Contingências Cíveis	1.461.015,29
RIOZOO - Reclamações Trabalhistas	870.335,99
RIOZOO - Contingências Cíveis	42.250,00
RIOZOO - Reconhecimento de Dívidas - CEDAE (Cíveis)	294.471,64
RIOZOO-em liquidação - Dívida com Empreiteiros e Fornecedores (Cíveis)	2.330.846,19
TOTAL	1.479.918.138,01

Além da avaliação acima, apresentamos uma avaliação de sensibilidade para receitas e despesas estimadas – que poderiam advir de um cenário macroeconômico mais desfavorável do que aquele atualmente vislumbrado para os próximos anos ou o surgimento de despesas extraordinárias, derivadas, por exemplo, de aumento dos custos nas intervenções aprovadas, em especial para os grandes projetos de investimento necessários para os jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Com relação aos riscos de desempenho das receitas municipais, a sua diversificação e o comportamento das receitas efetivas em relação às projetadas nos últimos exercícios indicam que a probabilidade de alcance das metas previstas é bastante elevada – mesmo diante da perspectiva de um desempenho econômico mais desafiador nos anos à frente.

No que concerne aos grandes projetos de investimento em andamento sob responsabilidade do Município, suas fontes de financiamento, também diversificadas, incluem: i) o espaço fiscal de investimentos próprios disponível no orçamento municipal; ii) operações de crédito de longo prazo com condições suaves de pagamento; iii) recursos não reembolsáveis da União; e iv) aportes de recursos de terceiros (parcerias público-privadas e contrapartidas por adicional construtivo).

A despeito destas considerações, apresentamos uma avaliação de caráter ilustrativo e exploratório dos impactos conjugados (trazidos a valor presente pelas projeções de Selic expressas na Tabela 4), que seriam causados por diversos choques hipotéticos altamente desfavoráveis ao Município no período 2016-2018 (“stress testing”), partindo do cenário-base de projeção de receitas e despesas apresentado nas seções 4 a 6, incluindo:

- quebra de 10% da receita estimada de ISS no período 2016 a 2018 (valor presente do impacto = R\$ 1,6 bilhão);

- aumento de 10% nos custeios decorrentes dos investimentos para as áreas de resultado Saúde, Educação, Habitação e Urbanização e Transportes (valor presente do impacto = R\$ 86,5 milhões);

- aumento de 15% nos investimentos em Habitação e Urbanização e Transportes (valor presente do impacto = R\$ 828 milhões).

Verifica-se que a soma destes efeitos hipotéticos totalizaria R\$ 2,5 bilhões a valor presente, correspondentes a menos de 4% da receita total estimada para o triênio. Se considerarmos esta baixa representatividade em termos do orçamento total e as possibilidades de re-priorização de despesas (contenção daquelas que não sejam de caráter obrigatório), conclui-se que o orçamento municipal encontra-se, a exemplo dos anos anteriores, equilibrado e com margens de acomodação para choques adversos. Isso sem comprometer os gastos necessários ao adequado funcionamento da Cidade e muito menos ameaçar o rigoroso cumprimento das despesas obrigatórias e prioritárias (pessoal e dívida, por exemplo).

Postas as considerações acima, é importante mencionar as Parcerias Público-Privadas (PPPs) em curso no Município e avaliar os riscos que elas podem representar para o tesouro Municipal, em adição àqueles apresentados acima. As PPPs ora em curso são:

- Porto Maravilha – R\$ 7,6 bilhões: Reestruturação e recuperação de região histórica da cidade;
- Saneamento da Zona Oeste – R\$ 3,0 bilhões: Partindo de uma cobertura de coleta de esgoto atual inferior a 50% e de apenas 6% da população com esgoto tratado, o objetivo do projeto é ampliar a coleta e o tratamento do esgoto para 80% em 10 anos e para 90% da população em 25 anos;

- Parque Olímpico – R\$ 1,4 bilhão: Construção de equipamentos olímpicos e manutenção das áreas verdes, vias e redes de infraestrutura;
- Transolímpica – R\$ 2,4 bilhões: Via pedagiada com corredor BRT ligando Deodoro à Barra;
- VLT Porto-Centro – R\$ 1,2 bilhão: Sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na Área de Especial Interesse Urbanístico da região portuária e na área central.

De todas as PPPs elencadas acima o VLT do Porto é aquele cujas condições contratuais tendem a apresentar algum tipo de risco mais claramente identificado para o Tesouro Municipal. O desenho contratual do equilíbrio econômico-financeiro do Projeto está assentado, *grosso modo*, em uma previsão de demanda com cláusula de compartilhamento de riscos, dada uma tarifa. Deste modo, flutuações da demanda para baixo ou para cima dentro de certo patamar (entre 10% e 20%) podem gerar demandas contra o Tesouro ou lucro para os cofres públicos à razão de 50% da flutuação. Neste desenho, estimativas de potenciais demandas, ainda não previstas, contra o tesouro somariam, em valor presente, cerca de R\$ 33,0 milhões, entre 2016 e 2018 – o que faria com que os riscos totais aqui calculados continuassem a representar menos de 4% da receita total estimada para o triênio.

10. Considerações Finais

A principal característica desta versão do Marco de Gastos de Médio Prazo (MGMP) continua sendo o vigoroso e coerente ciclo de investimentos públicos pelo qual passa a Cidade do Rio de Janeiro – iniciado em 2009, e cujo desenvolvimento se dá dentro de um inovador Planejamento Estratégico. Importa repetir que esta ferramenta de gestão busca assegurar que todas as ações da administração pública sigam na mesma direção e reforcem-se entre si, otimizando a gestão de processos e recursos. Outra questão importante, e que a atual administração acompanha com cuidado, é a natural elevação dos gastos em custeio, que decorre dos investimentos realizados – conforme explicitado claramente na seção que trata dos riscos fiscais.

Vale recordar, ainda, que uma das principais preocupações da atual gestão municipal é a de resgatar uma parte do déficit de bem-estar que havia na Cidade e que penalizava desproporcionalmente suas regiões menos favorecidas. Além disso, existe a preocupação de realizar este resgate de forma sustentável e fiscalmente responsável.

Neste contexto, o panorama é o mesmo dos últimos anos: os investimentos da Prefeitura continuam resgatando as lacunas ainda existentes nas suas diversas áreas de atuação, notadamente saúde, educação, transportes e habitação e urbanização – cujos investimentos são responsáveis pela quase totalidade dos cerca de R\$ 14 bilhões que serão investidos neste período de planejamento.

Como dito acima, a Prefeitura se preocupa continuamente com a sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos, o pode ser constatado, dentre outras variáveis, pelo comportamento dos gastos com custeio, pelos indicadores de endividamento e pelo montante de riscos fiscais. Deste modo, reafirmamos que esta preocupação com a sustentabilidade financeira da cidade tem como objetivo oferecer à administração pública margem de manobra para lidar com cenários adversos, tornando permanentes os avanços até aqui conseguidos.

Secretaria Municipal de Fazenda

Rio de Janeiro, dezembro de 2015.